

Universidades Lusíada

Semedo, Lea Conde, 1998-

**A adaptação dos reclusos aos estabelecimentos
prisoniais: o papel da espiritualidade**

<http://hdl.handle.net/11067/8873>

Metadados

Data de Publicação	2026
Resumo	A adaptação ao ambiente prisional é um processo complexo e dinâmico, que exige um conjunto de estratégias para se enfrentar os desafios impostos pela reclusão. A literatura descreve a Espiritualidade como uma estratégia capaz de influenciar os processos de adaptação dos reclusos, ao atuar na perceção de stress e ao promover a ressignificação das experiências adversas num todo coerente, resultando na adoção de expetativas positivas e de comportamentos socialmente aceites. Assim, a presente invest... Adapting to the prison environment is a complex and dynamic process that requires a set of strategies to address the challenges posed by incarceration. The literature describes spirituality as a strategy capable of influencing inmates' adaptation processes by affecting their perception of stress and promoting the reframing of adverse experiences into a coherent whole, resulting in the adoption of positive expectations and socially accepted behaviors. Thus, this quantitative study focused on unde...
Palavras Chave	Psicologia da prisão, Espiritualidade, Ajustamento (Psicologia)
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-IPCE] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T21:02:09Z com
informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Mestrado em Psicologia Clínica

**A adaptação dos reclusos aos estabelecimentos
prisoinais: o papel da espiritualidade**

Realizado por:
Lea Conde Semedo

Orientado por:
Professora Doutora Tília Rute Maia Cabrita

Constituição do Júri:

Presidente:	Professor Doutor António Martins Fernandes Rebelo
Orientadora:	Professora Doutora Tília Rute Maia Cabrita
Arguente:	Professora Doutora Ana Daniela Barreto Aleixo

Dissertação aprovada em: 27 de julho de 2026

Dissertação Reformulada

Lisboa

2026



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

I N S T I T U T O D E P S I C O L O G I A E C I Ê N C I A S D A E D U C A Ç ã O

Mestrado em Psicologia Clínica

A adaptação dos reclusos aos estabelecimentos prisionais: o papel da espiritualidade

Lea Conde Semedo

Dissertação Reformulada

Lisboa

Maio 2026



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

INSTITUTO DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrado em Psicologia Clínica

A adaptação dos reclusos aos estabelecimentos prisionais: o papel da espiritualidade

Lea Conde Semedo

Dissertação Reformulada

Lisboa

Maio 2026

Lea Conde Semedo

A adaptação dos reclusos aos estabelecimentos prisionais: o papel da espiritualidade

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia e
Ciências da Educação da Universidade Lusíada para a
obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Professora Doutora Tília Rute Maia
Cabrita

Dissertação Reformulada

Lisboa

Maio 2026

FICHA TÉCNICA

Autora Lea Conde Semedo
Orientadora Professora Doutora Túlía Rute Maia Cabrita
Título A adaptação dos reclusos aos estabelecimentos prisionais: o papel da espiritualidade
Local Lisboa
Ano 2025

CASA DO CONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE LUSÍADA - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SEMEDO, Lea Conde, 1998-

A adaptação dos reclusos aos estabelecimentos prisionais : o papel da espiritualidade / Lea Conde Semedo ; orientado por Túlía Rute Maia Cabrita. - Lisboa : [s.n.], 2025. - Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Lusíada.

I - CABRITA, Túlía Rute Maia, 1972-

LCSH

1. Psicologia da prisão
2. Espiritualidade
3. Ajustamento (Psicologia)
4. Universidade Lusíada. Instituto de Psicologia e Ciências da Educação - Teses
5. Teses - Portugal - Lisboa

1. Prison psychology

2. Spirituality

3. Adjustment (Psychology)

4. Universidade Lusíada. Instituto de Psicologia e Ciências da Educação - Dissertations

5. Dissertations, academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. HV6089.S46 2025

AVISO LEGAL

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado não teria sido possível sem o apoio de várias pessoas, pelo que expresso os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de alguma maneira, participaram deste processo.

Em primeiro lugar, quero agradecer a ELE por me acompanhar ao longo da trajetória, proporcionando-me resiliência, confiança e motivação para ultrapassar todos os desafios enfrentados.

Em segundo lugar, quero agradecer à minha família, em especial à minha irmã, pelo incentivo incondicional nas diferentes etapas da elaboração da dissertação.

Agradeço também à minha orientadora, Professora Doutora Túlipa Cabrita, pelo constante apoio e disponibilidade, sobretudo nos momentos de maior stress, permitindo-me focar nos aspetos importantes e não desistir.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

A adaptação ao ambiente prisional é um processo complexo e dinâmico, que exige um conjunto de estratégias para se enfrentar os desafios impostos pela reclusão. A literatura descreve a Espiritualidade como uma estratégia capaz de influenciar os processos de adaptação dos reclusos, ao atuar na percepção de stress e ao promover a ressignificação das experiências adversas num todo coerente, resultando na adoção de expectativas positivas e de comportamentos socialmente aceites. Assim, a presente investigação, de natureza quantitativa, incidiu sobre a compreensão e caracterização da influência da Espiritualidade sobre a adaptação dos reclusos às penitenciárias. A amostra foi constituída por 135 participantes do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 23 e os 79 anos ($M=44.5$ anos). Para este efeito, foram utilizados três instrumentos psicométricos: o Questionário Sociodemográfico, a Escala de Espiritualidade (EE) e o Questionário de Adaptação à Prisão (QAP). Os resultados demonstram níveis significativos de Espiritualidade, assim como uma associação negativa significativa entre a Espiritualidade e os problemas de ajustamento prisional, particularmente ao nível do Conflito. Estes dados sugerem que a Espiritualidade desempenha um papel relevante enquanto recurso psicológico, estando associada à esperança, aos baixos níveis de conflito e à promoção de comportamentos pró-sociais, os quais se relacionam com a adaptação ao contexto prisional. No modelo global, a Espiritualidade não se afirmou como um preditor significativo da adaptação prisional, antes, identificou-se a percepção de saúde mental e as habilitações académicas. Assim, embora não explique a adaptação prisional global quando controlada por outras variáveis do modelo, a presente investigação reforça a proposição de que a Espiritualidade constitui um fator preponderante nas intervenções dirigidas à população reclusa.

Palavras-Chave: Recluso, Prisão, Ajustamento, Adaptação prisional, Espiritualidade.

Abstract

Adapting to the prison environment is a complex and dynamic process that requires a set of strategies to address the challenges posed by incarceration. The literature describes spirituality as a strategy capable of influencing inmates' adaptation processes by affecting their perception of stress and promoting the reframing of adverse experiences into a coherent whole, resulting in the adoption of positive expectations and socially accepted behaviors. Thus, this quantitative study focused on understanding and characterizing the influence of spirituality on inmates' adaptation to prisons. The sample consisted of 135 male participants, aged between 23 and 79 years ($M=44.5$ years). For this purpose, three psychometric instruments were used: the Sociodemographic Questionnaire, the Spirituality Scale (SS), and the Prison Adaptation Questionnaire (PAQ). The results show significant levels of spirituality, as well as a significant negative association between spirituality and prison adjustment problems, particularly in terms of conflict. These data suggest that Spirituality plays a relevant role as a psychological resource, being associated with hope, low levels of conflict, and the promotion of prosocial behaviors, all of which relate to adaptation to the prison context. In the overall model, Spirituality did not emerge as a significant predictor of prison adaptation; rather, perceived mental health and educational attainment were identified. Thus, although it does not explain overall prison adaptation when controlled for other variables in the model, the present research reinforces the proposition that Spirituality constitutes a key factor in interventions targeting the prison population.

Keywords: Inmate, Prison, Adjustment, Prison adaptation, Spirituality.

Índice de Tabelas

Tabela 1.....	29
Tabela 2.....	38
Tabela 4	39
Tabela 4	41

Lista de Abreviaturas

BSI- Brief Symptoms Inventory

CP- Código Penal

DR- Diário da República

DGRSP- Direção Geral de Reinserção Social

EE- Escala da Espiritualidade

EP- Estabelecimento Prisional

EUA- Estados Unidos da América

QAP- Questionário de Adaptação à Prisão

SPSS- Statistical Product and Service Software

ONU- Organização das Nações Unidas

OPP- Organização dos Psicólogos Portugueses

OMS- Organização Mundial de Saúde

RGEP- Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais

RASI- Relatório Anual de Segurança Interna

Índice

Introdução	1
Enquadramento Teórico.....	4
Criminalidade e Resposta Penal.....	4
Pena de Prisão	5
Impacto Psicológico da Prisão Sobre o Recluso	6
Fatores e Determinantes da Adaptação Psicológica em Contexto Prisional.....	8
Conceito de Adaptação: O Contributo da Psicologia	8
Conceito de Adaptação Prisional	11
Preditores da Adaptação ao Contexto Prisional.....	13
Espiritualidade	17
Conceito de Espiritualidade: O Modelo de Pinto e Pais-Ribeiro.....	18
A Relação Entre a Espiritualidade e a Saúde.....	20
Papel da Espiritualidade na Adaptação ao Contexto Prisional	22
A Espiritualidade Segundo o Modelo Privação	23
A Espiritualidade Segundo o Modelo Importação	25
Objetivos	28
Método	29
Participantes.....	29
Instrumentos.....	31
Questionário Sociodemográfico.....	31
Escala da Espiritualidade (EE).....	32
Questionário de Adaptação à Prisão (QAP).....	33
Procedimentos.....	35

Resultados	37
Plano de Análise de Dados	37
Análise Estatística.....	37
Discussão	43
Anexos	69
Lista de Anexos.....	70
Anexo A Consentimento Informado	71
Anexo B Questionário Sociodemográfico	72
Anexo C Email de autorização para a utilização da EE.....	75
Anexo D EE	76
Anexo E E-mail de autorização para a utilizaao do QAP	77
Anexo F QAP.....	78

Introdução

A concepção de ordem pública integra um conjunto de normas e medidas consagradas na constituição, que regulam o comportamento social e refletem os valores dominantes da sociedade, quanto ao padrão comportamental necessário para a convivência (DR, 2025a). Esta noção pressupõe a implementação de mecanismos de prevenção e de combate à criminalidade (Cerejo, 2019; RASI, 2023).

Assim, por forma a garantir a segurança e suprimir os comportamentos antissociais, o Estado português dispõe de um sistema legal punitivo assente em penas e medidas de segurança (Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP], 2025; Portal do Ministério Público, 2025), destacando-se, entre elas, a pena de prisão. Enquanto medida de segurança privativa da liberdade, a pena de prisão emerge como o cerne da justiça moderna, constituindo um dos principais métodos do estado para lidar com infratores (Carvalho et al., 2022, Mears & Cochran, 2015).

A pena de prisão é aplicada em espaços físicos específicos, comumente designados por Estabelecimentos Prisionais (EPs). Naturalmente, os EPs exibem um ambiente marcado por normas rígidas e pela privação de um conjunto de necessidades que podem desestabilizar o funcionamento normativo do indivíduo (Gonçalves, 2008; Gonçalves & Gonçalves, 2012; Parveen, 2017). Assim, a situação de reclusão requer uma alteração do padrão de funcionamento humano para que se verifique uma adaptação saudável (Gonçalves, 2008; Gonçalves & Gonçalves, 2012).

A adaptação é um processo e não um resultado, pelo que deve ser compreendida como um fenómeno que engloba variáveis distintas, tais como experiências passadas, personalidade, rede de suporte, ambiente prisional, fatores pessoais e contextuais, entre outros (Gonçalves, 2008). Neste sentido, vários fatores contribuem para influenciar adaptação

dos reclusos aos EPs, entre eles, a literatura destaca o contributo da Espiritualidade (Convocar et al., 2020; Deuchar et al., 2016; Tammni et al., 2016).

A Espiritualidade, enquanto elemento complexo e multidimensional, influencia inúmeros aspetos da vida do recluso. De acordo com Maruna et al. (2006, citado por Schneider et al), apesar da prisão minar as visões do mundo e as concepções do eu (Maruna et al. (2006), o exercício da Espiritualidade proporciona um olhar renovador no sentido da vida e na biografia pessoal do confinado, ao promover a ressignificação dos acontecimentos de vida díspares e vergonhosos num todo coerente. Esta ressignificação promove esperança e expectativas positivas acerca do futuro, ao paço que auxilia os reclusos a enfrentarem o stress advindo da reclusão de uma forma mais saudável (Mandhouj et al., 2014; Maruna et al., 2006).

Por outras palavras, a perspetiva espiritual influencia a perceção da adversidade, incorporando episódios desafiantes numa estrutura que mitiga o impacto negativo das situações de privação (Redman, 2008), gerando uma orientação mais otimista, salvaguardada dos fatores de stress (Convocar et al., 2020).

Embora em número limitado, um conjunto de investigações reportou a influência da Espiritualidade sobre a adaptação dos reclusos às penitenciárias. De acordo com as investigações realizadas, a Espiritualidade facilitou o ajustamento psicológico, reduzindo a incidência dos sintomas psicológicos, nomeadamente as perturbações mentais e o stress (Convocar et al., 2020), promovendo atitudes e comportamentos que contornaram as tradicionais dificuldades da vida prisional (Mandhouj et al., 2014).

Não obstante, apesar da atenção atribuída aos processos de adaptação no contexto prisional, a pesquisa acerca da influência da Espiritualidade sobre a adaptação dos reclusos permanece escassa e pouco explorada, sobretudo em Portugal. Adicionalmente, a literatura internacional confunde, frequentemente, os termos Religião e Espiritualidade, dificultando a

compreensão da natureza multidimensional da Espiritualidade e dos mecanismos que explicam o seu impacto nos processos de adaptação à realidade prisional.

Assim, dada a pertinência da investigação, o presente estudo pretende compreender e caracterizar a influência da Espiritualidade na adaptação dos reclusos às penitenciárias. Para isto, torna-se preponderante analisar um conjunto de publicações e estudos bibliográficos sobre os domínios anteriormente mencionados, assim como avaliar o papel da Espiritualidade na adaptação dos reclusos aos EPs, através da execução de uma pesquisa de campo, analisando-se os níveis de Espiritualidade, assim como a relação entre a Espiritualidade e a adaptação prisional.

Este trabalho está organizado de forma sequencial, iniciando-se com o enquadramento teórico, onde são apresentados o tema, a população de estudo, a relevância da temática, e por fim os objetivos. Seguidamente, é apresentado o enquadramento metodológico, onde se descrevem os procedimentos de investigação utilizados na recolha de dados, bem como a análise dos dados extraídos da pesquisa de campo. Por fim, é feita a análise dos resultados, sendo discutidos os principais resultados e as suas implicações no contexto prisional.

Enquadramento Teórico

Criminalidade e Resposta Penal

A criminalidade constitui um comportamento sancionado pelas normas jurídicas vigentes no país (Diário da República [DR], 2025b; Ministério Público, 2025). Segundo a literatura, designa-se como conduta criminosa qualquer ato ou omissão ilícita, tipificada pela legislação e praticada a título de dolo (salvo exceções de negligência), que se revista de especial gravidade, comprometendo os interesses de natureza pessoal e/ou patrimonial salvaguardados pela lei (DR, 2025b; Ministério Público, 2025).

Consumada ou sob a forma de ameaça, a criminalidade afeta negativamente a qualidade de vida dos cidadãos, porquanto gera insegurança e restringe a liberdade de circulação, comprometendo o bem-estar físico e psicológico da população, assim como o desenvolvimento socioeconómico do país (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2025). Com efeito, dado que a segurança dos cidadãos (individual ou coletiva) e respetivos bens emergem como um direito consagrado constitucionalmente, é da competência do Estado a preservação da ordem pública e, concomitantemente, o bom funcionamento da sociedade (Cerejo, 2019; Sá & Paixão, 2015; SSI, 2024).

Assim, por forma a garantir a segurança, bem como a repressão dos comportamentos delinquentes, o Estado português dispõe de um sistema legal punitivo, formalizado no Direito Penal e concretizado no Código Penal (CP) – instrumento de tutela jurídico-criminal responsável por definir o comportamento ilícito e a sua tipologia, estabelecendo as correspondentes penas e medidas de segurança para cada infração (DR, 2025c).

As penas e medidas descritas no CP variam de espécie, desde multas, prestação de trabalhos a favor da comunidade, admoestações, penas acessórias, medidas de segurança de internamentos, liberdade condicional, liberdade para a prova, medidas de coação e obrigação de permanência na habitação, proibição de contactos entre vítima e agressor, e por fim, a

pena de prisão, principal modalidade de sanção aplicada (DR, 2025d; Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP], 2025a; Ministério Público, 2025).

Pena de Prisão

A prisão, enquanto medida penal, visa garantir a execução das medidas privativas da liberdade, prevenindo potenciais riscos de segurança para a comunidade e para o indivíduo transgressor da lei (DGRSP, 2025b; Henriques & Matos, 2020).

O Sistema Prisional português rege-se pelo Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP), que se debruça sobre matérias como a dignidade do indivíduo em situação de reclusão, a humanização das penas e das cadeias, a garantia dos direitos civis e legais do recluso, a individualização do tratamento penitenciário, e sobretudo, a expectativa de reabilitação do recluso (Carvalho et al., 2022; Henriques & Matos, 2020).

Segundo Carvalho et al. (2022), as penitenciárias estão concebidas com o objetivo de reabilitar o infrator, mediante a correção e a dissuasão dos comportamentos desviantes. Este objetivo é entendido como diretriz prioritária, e concretiza-se através da disponibilização de um conjunto de programas de intervenção e de reinserção adequados ao perfil psicológico e criminológico do recluso (Carvalho et al., 2022; Henriques & Matos, 2020; Segurado & Magano, 2014).

Estas respostas, pensadas em detrimento do plano individual de reinserção de cada recluso, favorecem o desenvolvimento e o reforço de competências pessoais, sociais, cognitivas e técnicas, que capacitam o recluso para a avaliação e responsabilização dos seus atos, assim como para a adoção de comportamentos pró-sociais (Carvalho et al., 2022; Henriques & Matos, 2020). As ações descritas preparam o recluso para a reintegração na sociedade, pelo que à semelhança de outras instituições de intervenção social, a organização prisional serve como um agente de socialização (Carvalho et al., 2022; Henriques & Matos, 2020; Lee & Comfort, 2014; Parveen, 2017).

Face à aparente eficácia dos serviços prisionais, o recurso às medidas privativas de liberdade aumentou consideravelmente, tornando-se a medida punitiva mais aplicada nos dias de hoje, fenómeno que tem contribuído para o crescimento da população reclusa, tanto a nível internacional (Eurostat, 2025; Mears & Cochran, 2015; Okwuosa et al., 2024) como nacional (Carvalho et al., 2022; SSI, 2025). Em Portugal, de acordo com os dados estatísticos facultados pelo Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) referente ao ano de 2024, a população privada de liberdade atingiu os 12.360 indivíduos (2.715 preventivos e 9.645 condenados), mais 167 reclusos comparativamente ao ano anterior, registando-se uma taxa de ocupação dos Estabelecimentos Prisionais (EPs) de 96.8% (SSI, 2025).

Paralelamente ao aumento da atribuição das medidas privativas de liberdade, surge, igualmente, o aumento das críticas à eficácia das penitenciárias enquanto instrumento de repressão penal (Goulart, 2017; Phelps, 2011; Okwuosa et al., 2024), tendo diversos estudos salientado os seus efeitos nocivos (Haney, 2012; Harding et al., 2017; Moore et al., 2013), particularmente no que respeita ao bem-estar e a qualidade de vida do indivíduo privado de liberdade (Lanciano et al., 2022; Tomar, 2013).

Impacto Psicológico da Prisão Sobre o Recluso

De acordo com a literatura, a prisão, à semelhança de outras formas de encarceramento, consiste numa experiência fortemente stressante (Agesin, 2022; Ansah et al., 2023; Parveen, 2017; Tomar 2013; Okwuosa et al., 2024).

Enquanto Instituição Total — termo proposto pelo sociólogo Erving Goffman (1992) com o intuito de descrever as estruturas organizacionais que exercem um controlo contínuo e formalmente administrativo sobre a vida de um grupo de indivíduos que partilha da mesma condição (Goffman, 1992, citado por Goulart, 2017) — as penitenciárias reduzem o comportamento humano ao controlo espaço-temporal, mediante a imposição de um conjunto de restrições (Agesin, 2022; Gonçalves & Gonçalves, 2012; Parveen, 2017). Estas restrições

incluem inúmeras privações das necessidades humanas básicas, tais como a perda de liberdade, bens, serviços, relações heterossexuais, autonomia, segurança (Ansah et al., 2023; Parveen, 2017; Okwuosa et al., 2024), privacidade, estímulos culturais, entre outros (Agesin, 2022; Deuchar, 2016; Oconnor & Duncan, 2011).

De acordo com Parveen (2017), as privações provocam uma rutura nos laços do confinado com o mundo exterior, favorecendo o desenvolvimento gradativo de sequelas que comprometem o funcionamento saudável do mesmo (Parveen, 2017), como comportamentos aditivos e autolesivos, agressividade, isolamento, tentativas de suicídio, desesperança, problemas do foro psiquiátrico (Agesin, 2022; Deuchar et al., 2016; Gonçalves & Gonçalves, 2012; O'connor & Duncan, 2011; Okwuosa et al., 2024), estigma e desvalorização do eu (Porter et al., 2021), entre outros. Segundo a literatura, as sequelas decorrentes do período de reclusão podem comprometer os benefícios proporcionados pelas intervenções prisionais e interferir no processo de reabilitação da população reclusa (Gonçalves et al., 2021).

Não obstante, é neste contexto de privação que surgem esforços por parte dos reclusos para mitigar os efeitos advindos do ambiente prisional. Ao romper progressivamente as relações com o mundo exterior, uma parcela dos reclusos desapropria-se das suas referências exteriores, passando a assimilar, em maior ou menor grau, a subcultura prisional, isto é, os códigos informais do contexto prisional, como o vocabulário, os modos de pensar, os costumes, os valores, os hábitos, entre outros (Dirkzwager et al., 2014, Gonçalves & Gonçalves, 2012). A este fenómeno Donald Clemmer (1940) e Thompson (1980, 1998) denominam por *Prizonization* (Thompson, 1980, citado por Livramento & Rosa, 2016; Pina et al., 2024). Trata-se, portanto, de um processo de formatação de comportamentos e atitudes, condicionado pelos fatores intrínsecos do próprio sistema prisional (Livramento & Rosa, 2016; Pina et al., 2024).

Gonçalves e Gonçalves (2012) referem que os reclusos tendem a interiorizar este novo sistema como método de sobrevivência para se adaptarem à prisão. Por este motivo, conforme afirmam os autores, a reclusão torna-se uma experiência que requer um conjunto de alterações nos padrões de funcionamento humano, para que se verifique uma adaptação ao contexto prisional considerável (Gonçalves & Gonçalves, 2012).

Fatores e Determinantes da Adaptação Psicológica em Contexto Prisional

Conceito de Adaptação: O Contributo da Psicologia

A adaptabilidade é uma capacidade essencial para qualquer indivíduo. A origem do conceito de adaptação remonta ao campo da Biologia, particularmente às teorias Evolucionistas de Charles Darwin e de Jean Lamarck, centradas na relação entre o organismo e o meio ambiente (Gonçalves, 2008; Gregory, 2009; Moraes, 2003). De acordo com a abordagem, a adaptação refere-se ao resultado do processo de ajustamento de um ser vivo às condições do meio. Este processo ocorre por intermédio das características do organismo, que aumentam a sua probabilidade de sobreviver e de se reproduzir no ambiente (Gonçalves, 2008; Gregory, 2009).

Embora a premissa central desta corrente teórica tenha sido aceite, disseminada e aplicada em vários domínios do conhecimento humano, observou-se uma crescente insatisfação dos investigadores face à explicação geral do conceito (Gonçalves, 2008; Moraes, 2003).

Este fenómeno motivou o desenvolvimento de novas abordagens, orientadas metodologicamente para a operacionalização do construto, o que enriqueceu substancialmente o conceito de (Gonçalves, 2008). A título de exemplo, Gonçalves (2008) destaca a entrada do universo conceptual das Ciências Sociais e Humanas, conferindo especial atenção ao papel da Psicologia (Gonçalves, 2008), ciência autónoma que se dedica ao conhecimento sobre a origem e o desenvolvimento dos pensamentos, emoções,

comportamentos individuais e sociais, sendo aplicada em diversas áreas e contextos da experiência Humana (Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), 2025).

Diferentemente da Biologia, a Psicologia compreende o Homem como um ser biopsicossocial, cujos processos adaptativos se desenvolvem a partir da interação entre a sua personalidade e o meio físico e social a que pertence (Gonçalves, 2008; Moraes, 2003; Novais et al., 2010). Segundo Gonçalves (2008), à medida que o Homem interage com os membros da sua espécie e com as diferentes situações que o rodeiam, molda a sua personalidade às exigências do meio social, ajustando-se a estas (Gonçalves, 2008). Assim, Sillamy (1980, citado por Gonçalves, 2008) caracteriza a adaptação como:

a forma como, num dado momento e em função de um determinado meio, o indivíduo ajusta o seu comportamento à situação, tendo em conta a flexibilidade dos seus esquemas mentais e comportamentais, construídos ao longo dos anos e empregues em situações mais ou menos semelhantes. (p. 142)

Este ajuste representa as ações implementadas pelo sujeito, em conformidade com a sua personalidade e o seu sistema de valores, com o intuito de enfrentar os desafios impostos pelo meio, que se apresentam através de necessidades de índole biológica, psicológica e social (Chui et al., 2013; Sharma, 2016), uma vez que, na eventualidade de não serem devidamente supridas, poderão evoluir para um estado de tensão, condicionando a adequação do indivíduo no ambiente (Sharma, 2016).

Esta interação entre o sujeito e o ambiente envolve um processo ativo e dinâmico, que segundo o psicólogo suíço Jean Piaget (1936), ocorre por via de duas operações cognitivas denominadas por assimilação e acomodação (Gonçalves, 2008; Sharmma, 2016). Segundo Piaget, sempre que um indivíduo adequa uma nova informação/situação às suas estruturas, sem efetuar qualquer tipo de alteração no padrão atual de esquemas mentais, gerando comportamentos e atitudes baseados nas experiências ou informações adquiridas

anteriormente, é designado por assimilador (Sharmma, 2016). Por sua vez, o acomodador corresponde ao sujeito que, ao se deparar com novas informações/situações e não conseguindo encaixá-las no seu padrão de esquemas, altera ou cria um padrão, resultando na modificação do seu comportamento para enfrentar a nova realidade (Sharmma, 2016).

À luz desta perspetiva, o processo de adaptação opera por intermédio da alternância e autorregulação dos processos internos supracitados, que, consoante o autor, são equilibrados pelas estruturas intelectuais, permitindo a cada ser humano reorganizar e aprender a informação advinda do meio, possibilitando, assim, o ajustamento do comportamento (Sharmma, 2016).

Contudo, quando se verifica uma incapacidade de o indivíduo responder adequadamente às exigências do meio social e/ou cultural, André Virel (1968) discute a presença de uma inadaptação (Gonçalves, 2008). Virel serviu-se da concepção de adaptação como critério de diferenciação entre o normal e o patológico, definindo a inadaptação como uma patologia, o que introduziu o conceito nos domínios da Psicopatologia e da Psicoterapia (Gonçalves, 2008), áreas fortemente estudadas no âmbito da Psicologia Clínica. A Psicologia Clínica refere-se à vertente de especialização que integra a ciência, a teoria e a prática para explorar, compreender, prever e aliviar o desajustamento, a incapacidade, o desconforto ou até mesmo os significados inerentes ao comportamento dos indivíduos, grupos ou sociedades, tendo em vista a promoção da adaptação, o desenvolvimento humano e o seu ajustamento (Ricou, 2011).

Neste contexto, o psicólogo atua como ferramenta que avalia o grau de desajuste do comportamento humano, desempenhando um papel ativo na recuperação do potencial adaptativo (Morais 2003; Novais et al., 2010). Assim, subjacente a qualquer modelo de intervenção postulado em psicologia Clínica, enquadra-se a noção de restauração do potencial de adaptação, seja por intermédio da reestruturação cognitiva ou pela via da resolução de um

sintoma/comportamento problema, que fora perturbado por um distúrbio, um acontecimento de vida traumático (Gonçalves, 2008; Novais et al., 2010) ou por um período de transição exigente, como por exemplo, a transição para um EP (Novais et al., 2010).

Conceito de Adaptação Prisional

Segundo Gonçalves (2008):

a adaptação à prisão consiste na capacidade que o indivíduo possui para identificar as regras que norteiam esta instituição total e de lidar com elas de forma flexível, quer através de um afrontamento ou recusa mais ou menos diretos, quer através da sua aceitação e/ou eventual interiorização. (p.145)

De acordo com o autor, o processo de adaptação à prisão envolve a personalidade e as variáveis que influenciam a pertença a grupos e a tolerância ao desvio. Este processo depende ainda das características da instituição prisional e da capacidade do recluso para adotar estratégias de compromisso com as normas da instituição e/ou optar pela via do confronto direto com o regulamento (Gonçalves, 2008).

Assim, uma adaptação saudável ao ambiente prisional consiste no processo através do qual o sujeito assimila os elementos organizacionais e acomoda os seus esquemas comportamentais ao contexto/sistema que a prisão representa, sem perder a sua individualidade, isto é, aquilo que lhe permite situar-se autonomamente, enquanto objeto do seu próprio sistema (Gonçalves, 2008).

Por contraste, a inadaptção representa a incapacidade do recluso para assumir uma posição autónoma e atribuir sentido à sua existência, oscilando entre a aceitação passiva das diretrizes institucionais e a adoção permanente de uma postura de confronto consigo próprio e/ou com a instituição prisional (Gonçalves, 2008).

Esta conceptualização proposta por Gonçalves (2008) afasta-se das tradicionais definições literárias que compreendem a adaptação prisional apenas como a adesão dos

reclusos às normas institucionais. Antes, centra-se na relação entre o indivíduo e o contexto institucional, estando subjacente dois aspetos determinantes, as condições estruturantes do meio prisional e as características que o indivíduo traz consigo (personalidade, valores, crenças), dimensões amplamente enfatizadas nos Modelos de Importação e de Privação, modelos que procuram compreender os fatores que influenciam a adaptação à prisão.

No quadro conceptual referente às teorias da Privação, destaca-se o autor Gresham Sykes (1958), que através de uma perspetiva sociopsicológica, realçou a importância das experiências vivenciadas no decorrer do período de reclusão, compreendendo-as como preditoras significativas da adaptação (Sykes, 1958, citado por Pina et al., 2024).

Segundo Sykes e Messinger (1960, citado por Pina et al., 2024), o ambiente prisional recorre à coercividade como método de punir e intimidar psicologicamente o ofensor, pelo que o sistema de funcionamento do recluso é estimulado a responder, suprimindo o impacto da experiência negativa. Esta supressão ocorre por intermédio da adoção de um conjunto de papéis estáveis e autoatribuíveis oriundos do sistema de valores comum e generalizado dos reclusos, que visam orientar e reorganizar a realidade entre os prisioneiros e técnicos, e estabelecer um padrão de interação e de comportamentos, representando uma forma de o recluso suportar estrategicamente o efeito das privações e adaptar-se ao meio (Pina et al., 2024; Pinheiro et al., 2021; Zhao et al., 2020).

Assim, de acordo com a abordagem, a adaptação à prisão varia em função do sofrimento causado pelas características coercivas da instituição prisional e dos esforços dos confinados empregues como estratégias de coping para lidar com as privações (Pina et al., 2024; Pinheiro et al., 2021; Zhao et al., 2020).

Em contrapartida, o Modelo de Importação, desenvolvido por Irwin e Cressey (1962), argumenta que a adaptação à prisão resulta não apenas das condições do EP, mas, sobretudo, das características individuais pré-existentes à vida prisional dos indivíduos (Pina et al., 2024;

Pinheiro et al., 2021; Zhao et al., 2020). Segundo a teoria, os reclusos importam para o contexto prisional um sistema de valores e de comportamentos, baseados em crenças, traços de personalidade, atitudes, fatores sociodemográficos, experiências de vida, entre outros, que adquiriram ao longo da vida, e que influenciam a forma como o sujeito percebe e responde às exigências do contexto prisional (Pina et al., 2024; Pinheiro et al., 2021; Zhao et al., 2020).

Neste sentido, o comportamento exibido no decorrer das medidas privativas resulta, em grande medida, da continuidade dessas características pré-existentes, pelo que o ajustamento à prisão é entendido como um processo moldado pela identidade e pelo percurso anterior do indivíduo, explicando-se, assim, as diferenças na adaptação de indivíduo para indivíduo (Pina et al., 2024; Pinheiro et al., 2021; Zhao et al., 2020).

Embora ambas as teorias recebam individualmente um vasto apoio empírico, atualmente, presume-se a combinação de ambos os modelos para explicar os fenómenos da adaptação à prisão, uma vez que, em conjunto, proporcionam uma visão mais abrangente acerca do padrão comportamental das pessoas encarceradas (Pina et al., 2024; Pinheiro et al., 2021; Zhao et al., 2020).

Assim, a adaptação prisional é compreendida como um processo multidimensional, pois resulta da convergência entre fatores internos e externos, isto é, preditores facilitadores ou inibitórios que condicionam fortemente o processo de ajustamento (Gonçalves et al., 2021).

Preditores da Adaptação ao Contexto Prisional

Nos últimos anos, o interesse em compreender a adaptação ao contexto prisional aumentou consideravelmente. Como consequência, observou-se um incremento no número de investigações empíricas, desenvolvidas com o intuito de estudar o tema enquanto fenómeno multifatorial. A exemplo, destaca-se o investigador português, Gonçalves (2008), que em função dos seus estudos sistemáticos, identificou problemas de ajustamento, tais

como as infrações, agressividade, problemas de sono, problemas psiquiátricos, entre outros. Neste segmento, o autor definiu quatro perfis de adaptação: bem-adaptados, mal-adaptados, sobre-adaptados e inadaptados.

De acordo com o autor, os reclusos bem-adaptados, geralmente, possuem idade superior a 30 anos, não usufruem de antecedentes criminais, nem se envolvem em processos disciplinares. Já os infratores mal-adaptados encontram-se na faixa etária dos 20 a 29 anos de idade, apresentam índices elevados de reincidência, ostentam valores antissociais, violam as regras institucionais, e manifestam comportamentos agressivos para com o *staff*, e para com os outros reclusos (Gonçalves, 2008).

Por sua vez, os reclusos sobre-adaptados, com média de idades correspondentes aos 35 anos e adiante, acarretam um cadastro criminal denso e exibem um comportamento assertivo dentro do estabelecimento prisional (Gonçalves, 2008). Simultaneamente, apresentam uma tendência para integrar grupos ou gangues delinquentes, procurando a maximização de benefícios pessoais, concluindo-se que são de difícil reinserção social (Gonçalves, 2008). Por fim, os indivíduos considerados inadaptados, têm em média de idade, entre os 20 a 24 anos, e manifestam um desajustamento a nível global, apresentando um conjunto de patologias, nomeadamente stress prisional, consumo de substâncias ilícitas e outros comportamentos autodestrutivos (Gonçalves, 2008).

Estas nomenclaturas, atribuídas em função dos seus estudos sistemáticos, são congruentes com um conjunto de investigações desenvolvidas em contexto de reclusão, sobretudo no que diz respeito ao fator idade e ao fator agressividade. Diversas investigações correlacionaram a faixa etária com a propensão para a agressividade, tendo os indivíduos mais jovens apresentando fortes tendências para perpetuar infrações, assim como comportamentos impulsivos e violentos (Butler & Kariminia, 2006; Gonçalves, 2008; Parveen, 2017).

Por outro lado, os reclusos pertencentes às faixas etárias mais elevadas, apresentam uma maior propensão para adotar comportamentos mais adequados, conforme as normas da instituição. Esta tendência, deve-se, em parte, ao processo de envelhecimento, que prevê a aquisição de estratégias mais eficazes para lidar com o processo de reclusão, logo uma propensão para exibir menos comportamentos antissociais, consoante o aumento da idade (Gover et al., 2008).

Para além do fator idade, vários estudos identificaram outros fatores sociodemográficos, como o estado civil, a escolaridade e o estatuto socioeconómico, como influenciadores da adaptação prisional. No que diz respeito ao estado civil, os reclusos casados, em união de facto ou em um relacionamento amoroso, registam uma tendência a adaptarem-se com maior facilidade, comparativamente aos reclusos solteiros, segundo os estudos de Novo et al. (2017), Amado et al. (2017), Dirkzwager et al. (2014) Steiner e Wooldredge (2014), e de Belenko et al. (2012).

Quanto à escolaridade/educação, o estudo de Gonçalves (2008), assim como o estudo de Dirkzwager, et al. (2014), indicaram que os indivíduos com um nível de escolaridade mais baixo obtiveram dificuldades mais acentuadas para se adaptarem ao contexto prisional. Para Gameda (2014), reclusos com um nível de escolaridade mais baixa tendem a apresentar competências cognitivas e sociais limitadas, consideradas insuficientes para lidar com os desafios inerentes à prisão. Assim, taxas de escolaridade baixas têm sido consistentemente identificadas como um fator de risco, preponderante, para a aquisição de comportamentos desviantes e reincidentes (Farrington, 2015).

Relativamente aos fatores socioeconómicos e financeiros, conforme a literatura, a esmagadora maioria da população reclusa detém um estatuto socioeconómico baixo, sendo que, anteriormente à integração ao EP, já apresentavam dificuldades económicas acentuadas, beneficiando, em diversos casos, de apoios sociais e financeiros disponibilizados. Segundo

Gomes e Silva (2014), a ausência de recursos financeiros suficientes pode contribuir para a formação de determinadas posturas, podendo estar na origem de comportamentos considerados antissociais. Indivíduos provenientes de bairros mais desfavorecidos e desempregados, de acordo com a literatura, têm uma maior probabilidade de apresentarem mais infrações no decorrer da condenação (Belenko et al., 2012; Carvalho & Esteves, 2009; Coloma et al., 2018).

Para além dos fatores socioeconómicos, vários autores se concentraram na história criminal e na frequência da utilização dos serviços de saúde (médicos, enfermeiros, psicólogos ou psiquiatras) dos reclusos, como um preditor válido para explicar o comportamento adaptativo nas penitenciárias.

No que concerne à história criminal, segundo investigações realizadas, indivíduos reincidentes apresentam taxas significativas de infrações cometidas, e consequentemente de desajustamento (Wooldredge et al., 2001). Relativamente à frequência na utilização dos serviços de saúde, dado que o regime de reclusão favorece o aparecimento de um conjunto de problemáticas clínicas e respetivas necessidades de tratamento, a frequência elevada aos serviços pode indicar desajustamento (Gonçalves, 2014).

Warren et al. (2004) avaliaram este indicador nas suas investigações, identificando que infratores que reportaram níveis de desajustamento global, registaram problemas nos meses subsequentes, respeitantes a saúde, sobretudo no domínio mental. Gonçalves e Gonçalves (2012) identificaram que indivíduos privados da liberdade que apresentam um risco mais acentuado para o incumprimento das regras impostas pelo sistema prisional, geralmente, necessitam de um maior acompanhamento psicológico.

Não obstante, embora a literatura científica enfatize o papel explicativo das variáveis contextuais citadas, existe, paralelamente, um conjunto de fatores que podem contribuir para a compreensão da adaptação prisional. Entre os fatores identificados, vários fatores citam o

papel da Espiritualidade enquanto recurso psicológico na adaptação à prisão (Convocar et al., 2020; Deuchar et al., 2016; Tammni et al., 2016).

Espiritualidade

O homem contemporâneo dispõe de uma pluralidade de opções no que concerne a criação de um sentido para a sua existência e para a forma de se relacionar com os grandes desafios inerentes à condição humana, nomeadamente a moralidade, o propósito de vida, o sofrimento, a morte, a saúde, o amor, o bem, o mal, entre outros (Schuhmann & Damen, 2018; Taylor, 2007).

A aquisição de um sentido requer estruturas orientadoras que permitam ao sujeito avaliar a sua posição atual e determinar uma direção a seguir (Schuhmann & Damen, 2018; Taylor, 2007). Segundo Taylor (2007), a principal via orientadora para a atribuição de significado remete para a dimensão religiosa, sustentada pelas diferentes crenças e práticas institucionais, que postulam a existência de uma figura transcendente, frequentemente designada como Deus.

Contudo, no contexto das sociedades modernas surgiu a possibilidade de o Homem recorrer a fontes de significado desvinculadas de qualquer referência Divina, centrando-se, exclusivamente, na vida e na experiência humana, bem como na relação com a transcendência (Rezende-pinto et al., 2019; Taylor, 2007). Esta fonte de significado, puramente humanista e autónoma das perspetivas religiosas, é conceituada pela literatura como Espiritualidade.

A apropriação da Espiritualidade, enquanto matriz de significado da realidade humana tem vindo a crescer nos últimos anos (Tanyi, 2002; Taylor, 2007). Esta tendência pode ser interpretada como uma resposta às restrições impostas pela Religião no contexto dos paradigmas modernos (Hodge, 2012) e às limitações da ciência e da tecnologia na resolução dos problemas observados globalmente (Pinto & Pais-Ribeiro, 2007). Ora, os

constrangimentos demonstrados por estes dois grandes sistemas explicativos da experiência humana estimulam a procura de perspetivas ou compreensões mais holísticas da realidade, nas quais a dimensão Espiritual pode assumir um papel preponderante (Hodge, 2012).

Assim, o pós-modernismo não só reconhece e legitima o espaço da Espiritualidade nas experiências humanas como enfatiza a sua relevância na compreensão da realidade, atribuindo-lhe um papel significativo na estrutura cultural da sociedade (Hodge, 2012; Skrzypińska & Chudzik, 2012).

Conceito de Espiritualidade: O Modelo de Pinto e Pais-Ribeiro

Grande parte da produção científica acerca da Espiritualidade alude à sua conceptualização, dada a complexidade do termo (Reisinger, 2025; Zapf, 2008).

Atualmente, de acordo com a vasta coleção de investigações acerca dos contornos teóricos e práticos do conceito, a Espiritualidade pode abranger componentes associadas ao contexto cultural, às características humanas, às crenças e práticas das várias denominações religiosas, aos conceitos da psicologia positiva, ao trabalho criativo, ao exercício físico e respiratório (Bishop et al., 2014; Tanyi, 2002; Reisinger, 2025), englobando, simultaneamente, a ideia de procura de um significado, assim como temas associados ao transcendente (Bruce et al., 2011).

Face a diversidade de componentes associadas à Espiritualidade, existe, igualmente, uma multiplicidade de interpretações sobre o conceito (Tanyi, 2002; Pimenta & Cândido, 2024). Esta pluralidade deve-se, em parte, ao facto de os autores privilegiarem diferentes componentes, seleccionando-as em função dos respetivos paradigmas de referência, o que origina conceptualizações de Espiritualidade heterogéneas (Nedderman et al., 2010; Pimenta & Cândido, 2024; Reisinger, 2025). Assim, não existe uma definição universal e consensual aplicável à Espiritualidade, o que, de alguma maneira, reflete a complexidade do fenómeno na experiência e no potencial humano (Pimenta & Cândido, 2024).

Não obstante, a ausência de um consenso literário sobre a Espiritualidade não deve ser entendida como uma deficiência significativa, antes, deve ser encarada como um processo em estado de evolução, enquanto área de estudo emergente (Pimenta & Cândido, 2024). Neste sentido, de acordo com Pimenta e Cândido (2024), a definição correta de Espiritualidade a adotar depende e deve ser adequada ao propósito investigativo. Face ao exposto, e considerando o contexto metodológico, assim como os objetivos de investigação, o presente estudo considerou a definição de Espiritualidade postulada pelos autores Pinto e Pais-Ribeiro (2007).

De acordo com o Modelo de Pinto e Pais-Ribeiro (2007), a Espiritualidade é uma propriedade construída nos contextos socioculturais e históricos, que estrutura e orienta na atribuição de significados, sobretudo, aquando de matérias como o sentido da existência, valores, comportamentos e experiências humanas. A Espiritualidade pode materializar-se na prática de um credo religioso específico, mas não necessariamente, dado que abrange uma instância predominantemente subjetiva (pessoal e experiencial), menos interligada aos rituais e aos dogmas institucionais religiosos (Catré et al., 2016; Pinto & Pais-Ribeiro, 2007).

De acordo com os autores, a Espiritualidade comporta duas dimensões, a vertical e a horizontal (Pinto & Pais-Ribeiro, 2007). A dimensão vertical, associa-se à relação do indivíduo com o transcendente (Deus, sagrado, sentido último) e às crenças daí provenientes, enquanto suporte para a atribuição de significado. Esta dimensão engloba a fé e as crenças religiosas. Segundo os autores, a Religião e a Espiritualidade não são incompatíveis, pelo que a tentativa de as polarizar não é frutífera para a pesquisa científica (Pinto & Pais-Ribeiro, 2007). Contudo, os autores adotam uma perspetiva individual, ou seja, centram-se apenas na fé e nas crenças religiosas, sem abordar a afiliação religiosa nem a prática de atividades Religiosas institucionais (Dias & Pais-Ribeiro, 2017; Pinto & Pais-Ribeiro, 2007).

No que diz respeito à dimensão horizontal, esta assume um carácter existencialista, enquadrando a esperança e a atribuição de sentido/significado à vida, decorrentes da relação com o eu, os outros e o meio onde o indivíduo se insere. Esta dimensão apresenta-se frequentemente correlacionada com as dimensões da qualidade de vida (Dias & Pais-Ribeiro, 2017; Pinto & Pais-Ribeiro, 2007), como o otimismo, satisfação com a vida, bem-estar, entre outros (Reisinger, 2025).

Estas dimensões, de um modo geral, orientam a maneira como as pessoas experienciam os eventos da vida, pelo que a Espiritualidade representa um dos maiores sistemas de orientação já existentes (Dik et al., 2024; Jung et al., 2017). O sistema de orientação espiritual fornece um conjunto de ferramentas que visam auxiliar o indivíduo a lidar com as implicações negativas que desequilibrem a sua estabilidade, gerando um impacto positivo no bem-estar (Jung et al., 2017; Santos et al., 2023; Skrzypińska & Chudzik, 2012), e consequentemente na saúde. Assim, nos últimos anos, a Espiritualidade tem sido associada aos fenómenos da saúde (Fisher, 2011; Toniol, 2017).

A Relação Entre a Espiritualidade e a Saúde

A relação entre a Espiritualidade e a saúde surge formalmente como resultado da 37^a assembleia geral da OMS, que ao reconhecer o Homem como um ser bio-psico-socio-espiritual, incluiu a dimensão espiritual como um fator contributivo para a saúde (Toniol, 2017). Esta ideia consolidou-se com a elaboração do *World Health Organization Quality of Life-Spirituality, Religiousness and Personal Beliefs* (WHOQOL-SRPB), instrumento que visa medir a qualidade de vida, e que inclui a Espiritualidade como uma dimensão essencial para o bem-estar (OMS, 1998, citado por Toniol, 2017; Oliveira & Junges, 2012; Rothman, 2009).

Segundo a OMS (1946, citado por Tonio et al., 2017), a saúde não consiste apenas na ausência de patologias, mas num estado completo de bem-estar, no qual o indivíduo percebe

as suas competências e é capaz de lidar eficazmente com os eventos stressantes do quotidiano, contribuindo produtivamente para a sociedade. Ora, a Espiritualidade representa um mecanismo capaz de dotar o indivíduo de recursos significativos para a superação das condições adversas (Chequini, 2007; Rothman, 2009; Oliveira & Junges, 2012; Stewart et al., 2019).

A Espiritualidade, ao oferecer significado, propósito de vida, valores, entre outros, fornece um conjunto de recursos que funcionam como filtros de observação e de interpretação das situações, que influenciam as narrativas que as pessoas constroem sobre as suas próprias experiências (Barría et al., 2022; Catré et al., 2016; Oliveira & Junges, 2012). Isto torna os eventos de vida mais facilmente interpretáveis, uma vez que facilitam a descoberta do positivo e/ou do negativo, possibilitando a reformulação dos eventos de maneira positiva, bem como a interpretação dos eventos negativos como desafios possíveis de serem superados ((Pinto & Pais-Ribeiro, 2007; Rothman, 2009).

Enfatizam-se, assim, resultados positivos, como atitudes ativas e ponderadas, formas mais saudáveis de o indivíduo se relacionar consigo e com o mundo (Barría et al., 2022; Catré et al., 2016), bem como o aumento da esperança e da satisfação com a vida, o que, simultaneamente, promove a resiliência e supera a globalidade dos resultados negativos decorrentes da adversidade (Pinto & Pais-Ribeiro, 2007; Rothman, 2009; Santos et al., 2023).

Isto não pressupõe rejeitar a negatividade que envolve a situação, mas sim a capacidade para reencontrar significado perante à mesma, e mobilizar esforços para lidar com o stress (Pinto & Pais-Ribeiro, 2007; Oliveira & Junges, 2012). Assim, a Espiritualidade atua como um mecanismo de *coping*, isto é, “um esforço cognitivo e comportamental face às exigências internas e externas excessivas, que promove a adaptação psicológica positiva e a autorregulação face às situações de elevado stress” (Lazarus & Folkman, 1984, citados por Pinto & Pais-Ribeiro, 2007).

Deste modo, provido de um sistema de orientação espiritual desenvolvido e integrado, um indivíduo pode estar mais bem posicionado para lidar eficazmente com as implicações negativas e stressantes, pelo que as crenças e as práticas espirituais são frequentemente associadas a fatores de proteção em situações de stress, sendo consideradas ferramentas adaptativas que favorecem o bem-estar psicológico e interpessoal (Pinto & Pais- Ribeiro, 2007; Oliveira & Junges, 2012; Stewart et al., 2019). Assim, a Espiritualidade está interligada ao bem-estar, dado que suscita o aparecimento de crenças e de valores, que impulsionam o exercício de práticas/ações saudáveis promotoras de bem-estar, aquando de situações adversas (Catré et al., 2016; Catré et al., 2016; Oliveira & Junges, 2012; Toniol, 2017), como por exemplo, uma situação de reclusão.

Nos últimos anos, a aplicação de programas e atividades direcionadas ao desenvolvimento espiritual tem vindo a aumentar nas penitenciárias (Griera & Clot-Garrell, 2015). Griera e Clot-Garrell (2015) justificam este aumento em detrimento da escassez de respostas eficazes no tratamento prisional, o que incentiva a busca e a adoção de alternativas mais amplas e abstratas. De acordo com Parkes e Bilby (2010), as respostas utilizadas no tratamento prisional que trabalhem apenas o comportamento desviante, ainda que especializadas, são insuficientes. Segundo os autores, os indivíduos privados de liberdade necessitam de respostas que favoreçam holisticamente o seu bem-estar, como as práticas espirituais (Adlington-Rivers, 2025; Parkes & Bilby, 2010; Fernander et al., 2004).

Papel da Espiritualidade na Adaptação ao Contexto Prisional

Conforme citado anteriormente, a adaptação dos reclusos ao contexto prisional tem sido tradicionalmente analisada à luz de duas teorias clássicas, o Modelo de Privação e Modelo de Importação. Levitt & Loper (2009), reconhecendo o valor explicativo de ambas as perspetivas teóricas, exploraram o papel da Religião, aplicando os dois modelos conceptuais.

No que se refere ao Modelo da Privação, os autores sugerem que a Religião pode surgir como uma resposta às condições adversas proporcionadas pelo meio prisional, permitindo atenuar os efeitos das privações, e assim, possibilitar o ajustamento (Leviit & Lopper, 2009). Por outro lado, no Modelo de Importação, os autores argumentam que a Religião representa um mecanismo importado pelo qual os reclusos com pré-disposição para a desenvolver, podem lidar com as dificuldades pré-existentes, e simultaneamente, adquirir características mais afirmativas e adaptativas (Leviit & Lopper, 2009).

Não obstante, ainda que estes contributos sejam relevantes para a literatura, ressalta-se que a esmagadora maioria das investigações realizadas no âmbito da Religião aplicam indistintamente os termos Religiosidade e Espiritualidade, centrando-se, predominantemente, em práticas formais, institucionais e coletivas. Neste sentido, fatores expressos nas investigações como a regulação emocional, a construção de significado e de sentido, a esperança, entre outros fatores, embora correlacionados à religião, podem ser reinterpretados à luz da Espiritualidade, ultrapassando o quadro estritamente religioso. Ora, este facto permite aplicar a Espiritualidade transversalmente aos Modelos de Importação e de Privação.

A Espiritualidade Segundo o Modelo Privação

No âmbito da Teoria da Privação, a Espiritualidade pode funcionar como um mecanismo interno de resiliência, que permite aos reclusos atribuir significado à experiência de encarceramento, e lidar de forma mais esperançosa e adaptativa com as privações.

Esta afirmação é congruente com os resultados obtidos na investigação de Convocar e colaboradores (2020), que ao averiguarem que cultivar a Espiritualidade ajudou os reclusos a descobrir o que é mais significativo na sua vida, permitindo que se concentrassem menos nas coisas sem importância e eliminassem os fatores de stress, o que melhorou a sua perceção de qualidade de vida (Convocar et al., 2020). Assim, quanto mais espirituais, menor a probabilidade de sofrerem de stress (Convocar et al., 2020). No estudo de Deuchar et al.

(2016), envolvendo uma amostra de jovens reclusos, um maior envolvimento espiritual facilitou sensações de paz profunda, bem-estar e realização, bem como uma visão mais ampla das perspectivas futuras. Os investigadores concluíram que a Espiritualidade pode representar um recurso preponderante para o contexto de reclusão (Deuchar et al., 2016).

Segundo a literatura, a satisfação das necessidades da vida espiritual promove uma visão otimista que enfatiza os acontecimentos positivos da vida, o que aumenta a esperança e as expectativas para o futuro, permitindo aos reclusos encontrar sentido e coerência na vida como um todo (Ndung'u, 2021; Tamini et al., 2016). Adicionalmente, as crenças Espirituais, através da criação e ênfase num poder superior, fazem com que as pessoas se sintam seguras e confortáveis, o que impulsiona uma mente resistente, preparada para suportar os acontecimentos negativos da vida que causam stress (Tamini et al., 2016). Assim, as pessoas que se consideram espirituais podem estar mais capazes de lidar com o stress advindo dos momentos de pressão ou de tensão, o que comporta benefícios para a saúde dos reclusos (Convocar et al., 2020), uma vez que requer dos visados comportamentos de proteção e de condução à saúde, que fornecem um alívio emocional (Santos et al., 2023; Tamini et al., 2016). Um estilo de vida espiritual convida as pessoas a realizarem atividades benéficas, intencionais e positivas para si próprias, para os outros e para a sociedade, e protege-as de comportamentos perigosos e prejudiciais (Tamini et al., 2016).

Assim, vários estudos têm correlacionado negativamente os cuidados espirituais e os problemas de saúde mental, nomeadamente a depressão, a ansiedade, o stress, a agressão e outras perturbações psiquiátricas. A exemplo, a investigação conduzida por Nidich et al. (2020) nos EUA, revelou que os reclusos que praticavam meditação transcendental duas vezes por dia sofriam de menos stress e menos problemas de saúde mental do que os reclusos que não meditavam.

Tamini e colaboradores (2016), com o objetivo de avaliar o efeito da formação de positivismo espiritual sobre os sintomas de depressão, ansiedade e stress na população reclusa, e concluiu que o programa teve a capacidade de reduzir os sintomas percebidos das perturbações mentais, assim como do stress, e consequentemente, melhorar a percepção de saúde do indivíduo, embora ainda estando a decorrer. Já na investigação de Allen et al. (2008), os resultados revelaram que os reclusos do sexo masculino com idade mais avançada que descreveram maiores experiências espirituais diárias, relataram menos sintomas de depressão e menos desejo de morte acelerada. Também o estudo de Convoar e colaboradores (2020) concluiu que ter um maior número de experiências espirituais diárias e não se sentir abandonado por Deus estavam associados a uma melhor saúde emocional (Convoar et al., 2020).

A Espiritualidade Segundo o Modelo Importação

Por contraste, de acordo com a Teoria de Importação, a Espiritualidade pode refletir um recurso previamente existente ou um mecanismo em processo de desenvolvimento, que emerge durante o período de reclusão, e que influencia a forma como o indivíduo interpreta e enfrenta a realidade prisional. Embora em número limitado, um conjunto de investigações confirmam esta afirmação.

A exemplo, a investigação de Kim et al. (2023), realizada num EP de Mississipi, EUA, concluiu que os reclusos que acreditavam num poder superior, nomeadamente os reclusos que concordaram com a afirmação "o certo e o errado devem basear-se nas leis de Deus", detinham probabilidades reduzidas de realizar lutas e disputas frequentes com outros reclusos (Kim, et al., 2023).

De semelhante modo, o estudo desenvolvido pelos autores Jang e colaboradores (2022), relatou que a aplicação do programa baseado na fé, concebido para ajudar os reclusos a curarem-se das suas experiências traumáticas através da integração espiritual, isto é, uma

relação nova ou renovada com Deus, mediante a promoção de experiências positivas, como por exemplo, maior perdão e gratidão, contribuiu para a redução dos sintomas psiquiátricos e estados emocionais negativos (raiva e depressão), assim como o risco de agressão interpessoal na prisão. De acordo com os autores, o programa aumentou a probabilidade de desistência do crime após a libertação (Jang et al., 2022).

Mandhouj et al. (2014) entrevistaram 30 reclusos franceses por forma a examinar o efeito da espiritualidade e da religiosidade na adaptação dos reclusos na prisão. Os resultados mostraram que os reclusos com pontuações mais elevadas em termos de sentido da vida, ligação espiritual e fé, estavam associados à convicção de que as crenças espirituais poderiam prevenir futuras infrações e futuros suicídios.

De acordo com Kim et al. (2023), a transformação espiritual contribuiu, em última análise, para uma mudança positiva no comportamento dos reclusos, resultando no seu desenvolvimento moral, o que por sua vez promove o comportamento pró-social. Maruna et al. (2006) reforçam esta ideia, inferindo que as participações em programas baseados na fé na prisão são importantes para um estado de espírito adequado que ajudaria os reclusos a reabilitarem-se, aumentando o seu desejo de mudar e a sua resistência ao código prisional.

Além disso, enfatizando as características positivas e construtoras do indivíduo, a Espiritualidade cria crenças positivas sobre si mesmo e sobre os outros e, portanto, aumenta a autoestima e permite a construção de comunicações eficazes, conforme constatado por (Tamini et al., 2016). Além da melhoria na qualidade de vida e no bem-estar, a fé também se apresenta como potencializadora da formação de grupos que ajudam na socialização e ressocialização intra ou extramuros prisionais de sujeitos que cometeram algum tipo de crime. Esta pode ser tanto instrumentalizadora da coesão social, como no controlo de comportamentos desinibidos e problemáticos, nomeadamente comportamentos impulsivos,

agressões e abusos de substâncias, favorecendo a ordem do ambiente prisional (Santos et al., 2023).

Assim, o estudo da influência da Espiritualidade na adaptação ao contexto prisional revela-se pertinente face ao seu contributo sobre as exigências psicológicas, emocionais e sociais associadas ao encarceramento. Contudo, a investigação nesta área permanece ainda limitada, particularmente no contexto prisional português, justificando-se, assim, a relevância de uma investigação que procure compreender o papel da Espiritualidade e das suas dimensões sobre os problemas de ajustamento. Neste sentido, a presente investigação visa compreender de que forma a Espiritualidade contribui para a adaptação dos reclusos às penitenciárias.

Objetivos

A presente investigação objetiva compreender e caracterizar a influência da Espiritualidade na adaptação dos reclusos às penitenciárias, sendo definidos os seguintes objetivos específicos:

- Compreender e caracterizar a percepção dos processos de adaptação às prisões pelos reclusos;
- Compreender e caracterizar a Espiritualidade e as dimensões da Espiritualidade como estratégias de adaptação em reclusos;
- Compreender e caracterizar a relação entre a percepção de adaptação prisional e as dimensões da Espiritualidade em reclusos;

Tendo em apreciação à literatura existente e os objetivos definidos, formula-se como hipóteses de investigação:

- Hipótese 1 (H_1): Associação fortemente negativa entre a Espiritualidade e os problemas associados à adaptação prisional;
- Hipótese 2 (H_2): A Espiritualidade prediz significativamente a adaptação prisional
- Hipótese 3 (H_3): Existem diferenças significativas na variável PAQ Total, em função das variáveis sociodemográficas idade, reincidência e frequência aos serviços de saúde;

Método

Participantes

A amostra do presente estudo foi constituída por reclusos do sexo masculino, provenientes de diferentes EPs localizados no distrito de Lisboa.

Tendo em apreciação a literatura desenvolvida sobre a temática, os participantes foram seleccionados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: pertencer ao sexo masculino, ter idade igual ou superior a 23 anos e estar em regime de reclusão há pelo menos dois anos. Como critérios de exclusão, considerou-se a ausência de domínio da língua portuguesa que limitasse a compreensão dos instrumentos, assim como a presença de problemas de saúde que comprometessem as funções cognitivas, e que consequentemente, impedissem a compreensão adequada dos instrumentos. Por esta razão, a amostra inicial composta por 170 reclusos, foi reduzida a 135 participantes. O estabelecimento destes critérios metodológicos visou garantir a homogeneidade da amostra e assegurar a integridade, bem como a validade dos dados recolhidos.

A idade dos participantes variou entre os 23 e os 79 anos ($M = 44.5$ anos, $DP = 11.7$, [23-79 anos]). Relativamente ao estado civil, 48.9% dos 135 envolvidos indicaram estar solteiros. No que se refere às habilitações académicas, 33.3% concluiu o ensino primário ($n = 43$), 31.9% concluiu o ensino básico ($n = 43$), 25.2% conclui o ensino secundário ($n = 34$), e 6.7% concluiu o ensino superior ($n = 9$). Quanto ao estatuto socioeconómico, 80 participantes (59.3%) reportaram identificar-se com um estatuto médio (ver Tabela 1).

Tabela 1

Características sociodemográficas da amostra

	M	DP	Frequências Absolutas (n)	Frequências Relativas (%)
Idade	44.5	11.7		
Estado Civil				
Solteiro			66	48.9
União de facto			19	14.1
Casado			18	13.3
Divorciado			26	19.3
Viúvo			2	1.5
Habilitações Académicas				
Ensino primário			45	33.3
Ensino Básico			43	31.9
Ensino Secundário			34	25.2
Ensino Superior			9	6.7
Nível Socioeconómico				
Baixo			48	35.6
Médio			80	59.3
Elevado			7	5.2

Nota. M = Média; DP = Desvio Padrão;

A tipologia de crime mais praticada remeteu para os crimes contra a liberdade e autodeterminação (37%), seguidos dos crimes contra integridade física (11.1%), e crimes de tráfico de estupefacientes (8.9%). Para além disto, 35.6 % da amostra é reincidente ($n=48$), pelo que a par da situação de reclusão atual, 21 participantes já estiveram presos pelo menos uma vez (15.6%), 10 participantes já estiveram presos pelo menos duas vezes (7.4%) e 10

participantes já estiveram presos pelo menos três vezes (7.4%). No decorrer da medida privativa da liberdade, 31.1% dos participantes relatou ter cometido algum tipo de infração ($n = 42$) — 17 participantes pelo menos uma vez (12.6%), 6 participantes pelo menos duas vezes (4.4%), 6 participantes pelo menos três vezes (4.4%) e 3 participantes pelo menos quatro vezes (2.2%). Quanto às respectivas consequências da infração, 29.6% dos participantes revelou ter recebido algum tipo de punição ($n = 40$), 18 participantes foram punidos pelo menos uma vez (13.3%), 6 participantes foram punidos pelo menos duas vezes (4.4%) e 5 participantes foram punidos pelo menos três vezes (3.7%).

Uma percentagem significativa da amostra referiu frequentar, com frequência, os serviços de saúde (psicologia, psiquiatria, enfermagem, medicina) (52.6%), tendo 63% relatado uma boa saúde mental ($n = 85$).

Instrumentos

Na presente investigação, a recolha de dados foi realizada através da aplicação de três instrumentos distintos, nomeadamente o Questionário Sociodemográfico, a Escala de Espiritualidade (EE) e o *Prison Adjustment Questionnaire* (PAQ), selecionados em função dos objetivos definidos e das dimensões em análise. Estes instrumentos permitiram a recolha de informação de natureza sociodemográfica, bem como a avaliação das variáveis psicológicas relevantes para o estudo.

Questionário Sociodemográfico

Para a análise das características sociais e demográficas da população em estudo, tais como a idade, o estado civil, as habilitações literárias, o nível socioeconómico, assim como outras variáveis pertinentes no âmbito da literatura, como a tipologia de crime, a reincidência prisional, a frequência de infrações e punições, a frequência na utilização dos serviços de saúde e a perceção da saúde mental, aplicou-se um questionário sociodemográfico construído pelo investigador. Este instrumento incorporou questões de resposta aberta e fechadas,

agrupadas por domínios temáticos e ajustadas às especificidades da população alvo, isentas de qualquer juízo de valor, respeitando os princípios éticos da investigação científica.

Escala da Espiritualidade (EE)

Para a avaliação da Espiritualidade, recorreu-se à Escala da Espiritualidade, construída pelos autores Pinto e Pais-Ribeiro (2007). A Escala da Espiritualidade é uma medida de autorrelato, constituída por 5 itens, cujas respostas são obtidas numa escala de *likert* de 4 pontos (não concordo = 1, concordo um pouco = 2, concordo bastante = 3 e plenamente de concordo = 4) (Pinto & Pais-Ribeiro, 2007). Esta escala pretende analisar os níveis de Espiritualidade, exibindo duas subdimensões, as Crenças e a Esperança/Otimismo. A sub-escala Crenças, composta por 2 itens (questões 1 e 2), avalia a valorização da fé e das crenças espirituais e religiosas na atribuição de sentido/significado à vida. Esta é uma dimensão vertical, associada à relação com o transcendente. A sub-escala Esperança/otimismo, constituída por 3 itens (questões 3, 4 e 5), analisa o nível de esperança, otimismo, satisfação com a vida e redefinição dos valores na ressignificação das experiências associados ao percurso histórico de vida de cada sujeito (Pinto & Pais-Ribeiro, 2007). Trata-se de uma dimensão de carácter horizontal e existencialista, aonde o sentido de esperança e a atribuição de significado varia em função da relação com o eu, os outros, e o meio (Pinto & Pais-Ribeiro, 2007).

De acordo com os autores, a cotação do instrumento é calculada pela soma das respostas dadas em cada item, dividido pelo número de itens da subescala a que pertence as variáveis, sendo o ponto médio 2.5, o que significa que valores acima deste ponto correspondem a níveis elevados de Espiritualidade. Já valores inferiores a este registo indicam baixos níveis de Espiritualidade (Pinto & Pais-Ribeiro, 2007).

Quanto às propriedades psicométricas, a análise da fidelidade da escala efetuada pelos autores, utilizando o coeficiente *Alpha* de *Cronbach*, indicou uma boa consistência interna na

escala global ($\alpha = .74$), sendo que, nas subescalas, a consistência interna variou entre .92 na subescala Crenças e .74. na subescala Esperança/otimismo. Assim, considera-se que o construto apresenta uma validade adequada (Pinto & Pais-Ribeiro, 2007).

No presente estudo, a consistência interna da escala global da Espiritualidade foi considerada moderada a elevada ($\alpha = .86$), tendo a subescala Crenças obtido um *Alfa* no valor de .88, o que revela uma boa consistência, e a subescala Esperança/Otimismo .62, embora baixa, mas aceitável. Assim, considera-se que os valores são aceitáveis, tendo em apreciação os valores de referência limite em psicometria.

Questionário de Adaptação à Prisão (QAP)

A análise da adaptação dos reclusos às penitenciárias foi mensurada pelo Questionário de Adaptação à Prisão (QAP), versão portuguesa de *Prison Adjustment Questionnaire* (PAQ) de Wright (1986). Este instrumento foi traduzido e adaptado à população portuguesa por Gonçalves et al. (2019). O QAP consiste numa medida de autoavaliação, baseada nas experiências pessoais dos reclusos, e visa avaliar a autoperceção dos problemas agravados pelo encarceramento, apontando para sinais de desajustamento encontrados na literatura, como a conduta desadequada, vitimação, problemas sociais, psicológicos e físicos (Gonçalves et al., 2019).

Este instrumento mede 11 problemas de ajustamento, passíveis de serem experienciados na instituição prisional (desconforto para com os outros, desconforto para com os guardas, sentir raiva, estar doente, dificuldade para dormir, medo de ser atacado fisicamente, envolver-se em lutas, discussão outros, discussão com os guardas, estar ferido e ser explorado por outros). Os problemas de ajustamento podem ser enquadrados em fatores internos (sofrimento interior), externos (problemas no relacionamento com os outros) e físicos (problemas reais e tangíveis), que resultam em sofrimento emocional e psicológico, e em preocupações acerca do controlo e da segurança prisional (Gonçalves et al., 2019).

Cada problema de ajustamento é introduzido, primeiramente, por uma pergunta que questiona se a problemática é pior na prisão ou no mundo exterior. Estas perguntas não são contabilizadas para a análise (Gonçalves et al., 2019). Em seguida, numa escala de *Likert* de cinco pontos (0 = nunca, 1 = poucas vezes, 3 = algumas vezes, 4 = sempre), os reclusos classificam a frequência com que o problema ocorre na prisão (Gonçalves et al., 2019).

Na versão portuguesa, Gonçalves e colaboradores (2019) optaram por trabalhar com a escala QAP total, isto é, o somatório da pontuação dos 11 itens, e por agrupar a estrutura em dois fatores, contrariamente a proposta original de Wright, que contempla 3 fatores. Os dois fatores são: o *Distress*, que inclui os itens 1, 2, 4, 5, 6 e 11, e o fator Conflito, que inclui os itens 3, 7, 8, 9 e 10 (Gonçalves et al., 2019). A cotação do instrumento resulta no somatório das respostas aos itens que compõem as subescalas, divididos pelo número de itens das respetivas medidas. Assim, valores mais elevados indicam níveis mais acentuados de problemas de ajustamento, e consequentemente, dificuldades de adaptação à prisão (Gonçalves et al., 2019).

No que diz respeito à qualidade psicométrica, a fidelidade da escala e respetivos fatores apresentaram um *alfa de Cronbach*, aceitável nos três momentos de avaliação executadas pelos autores. Assim a avaliação da consistência interna emitiu os seguintes resultados: fator *Distress* ($\alpha_1 = 0,63$, $\alpha_2 = 0,68$, $\alpha_3 = 0,76$), fator Conflito ($\alpha_1 = 0,68$, $\alpha_2 = 0,75$, $\alpha_3 = 0,80$), sendo a correlação entre as escalas (angústia e conflito) moderada ($\alpha_1 = 0,47$). Quanto à pontuação total, a consistência interna ($\alpha_1 = .76$, $\alpha_2 = .79$, $\alpha_3 = .88$) foi considerada boa (Gonçalves et al., 2019). No presente estudo, a análise da consistência interna, revelou um alfa de .86 para a escala global, e nas subescalas variou entre .78 no fator *Distress* e .74 no fator Conflito, o que revela uma boa consistência interna.

Procedimentos

Este estudo trata-se de uma investigação de carácter transversal e de natureza quantitativa, que recorre à utilização de medidas de autorrelato, nomeadamente um Questionário Sociodemográfico desenvolvido pelo investigador e escalas construídas e previamente validadas por autores conceituados pela literatura científica, pelo que se procedeu ao contacto dos respetivos autores, com vista à obtenção da autorização para aplicação dos instrumentos no estudo.

Previamente ao processo de recolha de dados, o projeto foi submetido à Comissão de Ética do Instituto de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Lusíada de Lisboa. Aquando da aprovação (Referência UL/CE/CIPD/2437), deu-se início ao processo de recolha. Para o efeito, foi necessário contactar a DGRSP, elaborando um requerimento dirigido ao Diretor-Geral da Direção Geral dos Estabelecimentos Prisionais de Portugal, solicitando despacho favorável para a realização do estudo. O requerimento foi remetido ao Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas, juntamente com toda a documentação solicitada (e.g. dados do investigador, metodologia detalhada, protocolo de instrumentos, declaração da Comissão Ética, entre outros elementos pertinentes).

Após despacho positivo para a realização da investigação, foi atribuída ao investigador uma declaração consentindo a aplicação do questionário em 3 EPs distintos. Subsequentemente, procedeu-se ao contacto formal com cada estabelecimento, como vista ao agendamento do início da recolha de dados. Um dos locais inicialmente previstos tivera de ser alterado, devido às dificuldades por parte de o EP em assegurar a exequibilidade da investigação.

Após a realização dos contactos com cada penitenciária, foram agendadas reuniões com os responsáveis e dirigentes da área da execução das investigações em âmbito prisional. Estas reuniões objetivaram dar a conhecer o estudo, destacando-se, os objetivos, a natureza da

investigação, a caracterização da amostra, a tipologia dos instrumentos a utilizar, bem como os critérios de inclusão e de exclusão da investigação. Foram ainda explicados os procedimentos éticos da investigação e os princípios de confidencialidade implementados no estudo.

A fase da recolha de dados foi iniciada a 18 de dezembro e terminou a 27 de fevereiro de 2025. Cada Penitenciária ficou responsável por reunir os candidatos mais elegíveis, conforme os critérios de inclusão, escolhendo não apenas o número de participantes, como também o local, a hora e a data para a aplicação dos instrumentos presencialmente.

Anteriormente à cada aplicação do instrumento de recolha de dados, foram prestadas informações detalhadas aos reclusos acerca do estudo, nomeadamente o âmbito da realização, os objetivos e do tempo de aplicação. Foi também explicado as normas do consentimento informado, no que se refere à ética de sigilo e de confidencialidade na recolha e no tratamento dos dados, dando concomitantemente, ênfase ao carácter voluntário da participação, as precauções necessárias a tomar para se assegurar o anonimato e a utilização dos dados recolhidos apenas para fins do estudo.

Após o devido esclarecimento, aos participantes que manifestaram interesse em participar da investigação, foi solicitado o preenchimento obrigatório, por escrito, do respetivo documento consentimento informado (Anexo A), no qual consta os objetivos da investigação, o carácter anónimo das respostas, a natureza voluntária da participação, a confidencialidade no tratamento dos dados, e finalmente, o contacto da investigadora.

Uma vez finalizada a recolha de dados, realizou-se as respetivas análises estatísticas, utilizando o *software IBM Statistical Product and Service (SPSS)* (v. 25, IBM, Chicago, IL).

Resultados

Plano de Análise de Dados

Para a análise dos dados recolhidos, bem o tratamento estatístico, a presente investigação optou pela utilização do programa SPSS, como mencionado anteriormente.

Numa primeira fase foram realizadas estatísticas descritivas, por forma a caracterizar a amostra e as variáveis em estudo, bem como as respetivas subdimensões. A seguir, procedeu-se à análise das associações entre as variáveis em análise, através do Coeficiente de Correlação de *Pearson*, com o objetivo de testar a relação entre a Espiritualidade, os problemas de adaptação Prisional e as variáveis sociodemográficas. Posteriormente, face à necessidade de se identificar os preditores da adaptação prisional, isto é, os fatores que explicam a adaptação dos reclusos, recorreu-se à análise da Regressão Linear Múltipla, colocando como variáveis independentes os fatores sociodemográficos (idade, perceção de saúde mental, nível socioeconómico e habilitações literárias) e as variáveis associadas à EE. Deste modo foi possível compreender a variância explicada pelo modelo e o respetivo nível de significância estatística.

Por fim, foram realizadas análises comparativas entre grupos nas variáveis EE e problemas de ajustamento, mediante a utilização da *Anova One Way*, com o objetivo de examinar as diferenças na adaptação prisional, em função da idade, reincidência prisional e frequência na utilização dos serviços de saúde. Paralelamente, foi calculado o tamanho do efeito, de forma a se avaliar a magnitude das diferenças encontradas.

Análise Estatística

Na Tabela 2 encontram-se exibidas as estatísticas descritivas associadas às variáveis dos instrumentos EE e QAP. Para cada instrumento foi calculado um score total. No que diz respeito a EE, a média da pontuação total da escala global corresponde a um total de 3.10 pontos ($DP = .76$, 1-4). Tendo em referência o ponto médio estipulado pelos autores da escala

(2.5), tanto a escala global ($M= 3.10$, $DP = .76$, 1-4), quanto as subescalas Esperança/Otimismo ($M= 3.13$, $DP = .75$, 1-4) e Crenças ($M= 3.04$, $DP = .98$, 1-4) obtiveram valores consideráveis, registando-se pontuações à cima do ponto médio. Assim, tendo em apreciação que quanto mais próximo de 4 maior o nível de Espiritualidade, constata-se valores significativos de Espiritualidade. De notar que a dimensão Esperança/Otimismo apresenta valores ligeiramente superiores à dimensão Crenças, embora o desvio padrão seja maior nesta segunda dimensão. Ora, estes resultados sugerem níveis mais elevados de esperança e de otimismo, assim como uma maior heterogeneidade nas crenças espirituais.

Relativamente a escala QAP, é possível observar, tendo em referência o ponto médio, que os valores da escala global ($M= 1.18$, $DP = .60$, 1-4) e das subescalas, *Distress* ($M= 1.40$, $DP = .72$, 1-4) e Conflito ($M= .90$, $DP = .59$, 1-4) se encontram muito abaixo dos valores máximos estipulados pelos autores, o que revela baixos problemas de ajustamentos, sugerindo adaptação ao contexto prisional. Neste instrumento, a subescala *Distress* apresentou uma média mais elevada do que a dimensão Conflito, sugerindo maior índice de problemas emocionais do que problemas ao nível comportamental.

Tabela 2

Estatística descritiva referentes às variáveis em estudo

	N	M	DP	Min.	Max.
EE Total	134	3.10	.76	1	4
Crenças	134	3.04	.98	1	4
Esperança/Otimismo	134	3.13	.75	1	4
QAP Total	132	1,18	.60	1	3.55
<i>Distress</i>	132	1.40	.72	1	4
Conflict	132	.90	.59	1	3

Nota. N = Número de participantes; M = Média; DP = Desvio Padrão; MIN. = Mínimo; MAX. = Máximo

No sentido de verificar possíveis associações entre as variáveis enquadradas nos instrumentos EE e QAP, realizaram-se correlações, utilizando o Coeficiente de Correlação de *Pearson* (r) e a significância $p \leq .05$ (ver Tabela 3).

De acordo com os dados observados, a correlação positiva mais forte encontrada foi entre o QAP Total e o *Distress* ($r = .943, p < .001$), seguida pelas EE Total e a Esperança/Otimismo ($r = .915, p < .001$), e EE Total e as Crenças ($r = .884, p < .001$).

O *Distress* e o Conflito apresentaram uma correlação estatisticamente forte positiva ($r = .641, p < .001$), assim como as Crenças e a Esperança/Otimismo ($r = .620, p < .001$).

Não se verificou uma associação estatística significativa entre a EE Total e o QAP Total ($r = -.154, p = .078$), a EE Total e o *Distress*, nem entre a EE Crenças e o *Distress* (dados estatísticos). Contudo, as correlações entre o Conflito e a Esperança/Otimismo ($r = -.243, p = .005$), o Conflito e o EE Total ($r = -.238, p = .006$), o QAP Total e a Esperança/Otimismo ($r = -.190, p = .005$), assim como o Conflito e as Crenças ($r = -.182, p = .037$) foram consideradas estatisticamente negativas fracas, mas significativas. Este dado sugere que níveis mais elevados de Espiritualidade estão associados à menores dificuldades de adaptação prisional ao nível do conflito, embora o resultado não permita generalizar os dados para outras amostras.

De semelhante modo, verificaram-se associações significativas entre a idade e a subdimensão Conflito ($r = -.246, p = .004$), o que sugere que, à medida que a idade dos reclusos aumenta, menor o reporte de problemas de ajustamento ao nível do Conflito.

Tabela 3

Coeficiente de Correlação de Pearson entre as variáveis em análise

EE Total	Crenças	Esperança/	QAP Total	<i>Distress</i>	Conflict	Idade
----------	---------	------------	-----------	-----------------	----------	-------

Otimismo							
EE Total	-						
Crenças	.884**	-					
Esperança/Otimismo	.915**	.620**	-				
QAP Total	-.154	-.081	-.190*	-			
<i>Distress</i>	-.069	-.004	-.113	.943**	-		
Conflict	-.238**	-.182*	-.243**	.857	.641**	-	
Idade	.020	.101	-.053	-.167	-.099	-.246**	-

Nota. **. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades). *. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades)

Face às correlações observadas, realizou-se uma Regressão Linear múltipla, onde foram consideradas as variáveis referentes à Espiritualidade, assim como as variáveis sociodemográficas (ver Tabela 4). A análise da regressão múltipla foi utilizada com o principal intuito de verificar se as Crenças, a Esperança/Otimismo, as Habilidades Académicas, a Idade, o Nível Socioeconómico e a Perceção da Saúde Mental seriam capazes de explicar e prever os problemas de ajustamento aos EPs.

Tendo em apreciação os resultados apresentados, afere-se que o modelo é estatisticamente significativo [$F(5, 122) = 6.602, p < .001; R^2 = .213$], com capacidade explicativa. Das variáveis indicadas e analisadas, apenas a Perceção da Saúde Mental ($\beta = .3329, t = -4.035, p < .001$) e as Habilidades Académicas ($\beta = .190, t = -2.327, p = .022$) se revelaram como preditoras, explicando 21.3% da variância dos problemas da adaptação prisional.

No que se refere à Perceção de saúde mental, atendendo que a variável foi codificada como saúde mental boa - 1, saúde mental mais ou menos - 2 e má saúde mental - 3, os dados sugerem que à medida que a autoperceção acerca da saúde mental piora, os problemas de

ajustamento aumentam, simultaneamente. Por outro lado, quanto maior o nível de habilitações académicas, maior o índice de problemas de ajustamento. Adicionalmente, a Espiritualidade não se constituiu como uma variável preditora significativa dos problemas de ajustamento.

Importa referir que, o modelo apenas explicou, 21.3%, logo, conclui-se que existem outros fatores incluídos na análise que influenciam, igualmente, os problemas de ajustamento.

Tabela 4

Modelo de predição para a explicação da adaptação prisional

	R ²	R ²	β	t	p
	Ajustado				
Modelo 1	.213	.181			
Esperança/Otimismo			-.106	-1.272	.206
Habilitações Académicas			.190	-2.327	.022
Idade			-.148	-1.833	.069
Nível Socioeconómico			-.094	-1.145	.254
Perceção da Saúde Mental			.332	4.035	.001

Para além do estudo da predição, a presente investigação procurou compreender as diferenças na Espiritualidade e nos problemas de ajustamento, em função das variáveis sociodemográficas idade, a reincidência criminal e frequência do recurso aos serviços de saúde. Para isto, recorreu-se ao teste da *Anova One Way*.

Especificamente para a idade, os participantes foram divididos em dois grupos, sendo excluídos os sujeitos com mais de 65 anos, conforme a divisão etária de Erickson (ver Tabela 5). Face aos resultados da *Anova*, em função da idade, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos nos problemas de ajustamento e na

Espiritualidade, pelo que se aceitou a hipótese nula. Adicionalmente, o tamanho do efeito da *Anova* foi reduzido.

No que diz respeito à reincidência, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos na QAP Conflito $F(1,130) = 5.203, p < .05$ e no QAP Total $F(1,130) = 5.014, p < .05$. Este dado sugere que a experiência prévia de encarceramento influencia a adaptação ao contexto prisional atual, sobretudo no que diz respeito ao conflito. Por outras palavras, os reclusos reincidentes tendem a apresentar índices mais acentuados de problemas de ajustamento, revelando problemas mais incisivos, ao nível do Conflito. Na análise do feito da *Anova*, constatou-se que o efeito é reduzido, pois os valores se encontravam distantes do valor 1. Neste campo a hipótese alternativa foi aceite. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre grupos na Espiritualidade, em função da reincidência criminal, pelo que se aceitou a hipótese nula.

De semelhante modo, para a recorrência dos serviços clínicos, também se verificaram diferenças significativas entre grupos, no QAP Total $F(1,115) = 6.209, p < .05$ e no nível de *Distress* $F(1,115) = 5.732, p < .05$, aceitando-se a Hipótese alternativa. O que indica que quem recorre aos serviços de saúde, tende a ter mais problemas de adaptação, particularmente ao nível do *Distress*. Estas diferenças também resultaram num efeito reduzido no tamanho da *Anova*.

De semelhante modo, não se verificaram diferenças estatísticas significativas na Espiritualidade, em função da recorrência aos serviços clínicos de saúde, pelo que se aceitou a hipótese nula.

Discussão

A presente investigação objetivou compreender e caracterizar a influência da Espiritualidade na adaptação dos reclusos às penitenciárias, utilizando as medidas de autorrelato QAP e EE para o efeito.

Considerando os resultados obtidos, observa-se que os reclusos apresentam baixos índices de problemas de ajustamento, o que sugere adaptação ao contexto prisional, tal como no estudo de Gonçalves et al. (2019). Estes resultados podem ser explicados pelo tempo de reclusão despendido no EP. No presente estudo, apenas foram considerados participantes integrados na instituição prisional há pelo menos 2 anos, uma vez que, segundo a literatura, os reclusos manifestam sintomas mais salientes de inadaptação nos primeiros seis meses de reclusão, observando-se uma diminuição da incidência sintomática com o passar do tempo (Gonçalves et al., 2019).

Salienta-se ainda que os reclusos reportaram mais problemas de ajustamento concernente ao *Distress*, em comparação aos problemas de ajustamento associados ao Conflito. Segundo a investigação de Novo e colaboradores (2017), estes resultados devem-se ao maior uso de estratégias de coping do estilo evitante dos reclusos na resolução de problema, como o evitamento cognitivo, a resignação, a procura de recompensas alternativas e a descarga emocional (Novo et al., 2017). Este estilo de coping, focado nas emoções, caracteriza-se pela tendência para suprimir pensamentos, memórias ou emoções, ao paço que gera sofrimento emocional, favorecendo o aparecimento de emoções negativas (Pastwa-Wojciechowska et al., 2012).

Ireland et al. (2006) reforçam esta proposição, destacando que em contexto prisional, a possibilidade de se recorrer a estratégias de coping não evitativas é frequentemente condicionada pelas restrições inerentes ao ambiente prisional, como pela cultura que valoriza

e enfatiza a autossuficiência e a resiliência. Segundo os autores, estas condições podem levar a limitação da expressão das emoções (Ireland et al., 2006).

No que diz respeito à variável Espiritualidade, verificaram-se níveis significativos da mesma. Numa sociedade judaico-cristã, a prática da Espiritualidade está fortemente ligada à prática de atividades Religiosas em Portugal, segundo Pinto e Pais-Ribeiro (2007). Na presente investigação, a participação em atividades religiosas representou uma das principais formas de os reclusos se envolverem em uma forma de Espiritualidade.

De acordo com a literatura, a situação carcerária estimula o recurso à Espiritualidade, podendo constituir uma ferramenta para os reclusos enfrentarem as experiências adversas advindas da reclusão (Mandhouji et al., 2014; Skowroński et al., 2017), como a privação, a hipervigilância, o isolamento, a diminuição da autoestima e os aspetos desumanizadores do encarceramento (Deuchar et al., 2016).

Adicionalmente, a subdimensão Esperança/Otimismo foi considerada o fator mais observado, em comparação às Crenças. Isto indica que os reclusos tendem a recorrer e a agarrar-se com maior firmeza à esperança, ao otimismo e ao apreciar as situações como positivas, do que propriamente à fé e às crenças religiosas, enquanto estratégia de coping. Estes resultados são contrários ao estudo de Skowroński et al. (2017), onde foi aferido que os reclusos detinham uma vida espiritual pobre, sendo constatado baixos níveis de Espiritualidade associados à dimensão não religiosa.

De acordo com a literatura, uma perspetiva espiritual gera uma mentalidade positiva (Redman, 2008), caracterizada por uma visão otimista da vida, no qual o indivíduo aprecia e se concentra nos acontecimentos positivos do quotidiano, levando uma vida esperançosa, tal como constatado por Convocar e colaboradores (2020). De acordo com a investigação dos autores, a Espiritualidade auxiliou na experiencição de uma visão mais positiva e esperançosa, capacitando o recluso para lidar com o futuro e com as situações carcerárias

stressantes. Tanto a esperança como o otimismo desempenham um papel fundamental no bem-estar, e consequentemente, no processo de adaptação (Ndung'u, 2021; Nedderman, 2010).

Com base na literatura analisada e nos objetivos previamente definidos, esperava-se constatar: hipótese 1, associação fortemente negativa entre a Espiritualidade e subdimensões e os problemas associados à adaptação prisional; hipótese 2, a Espiritualidade prediz significativamente a adaptação prisional; hipótese 3, existem diferenças significativas na variável QAP Total, em função das variáveis sociodemográficas idade, reincidência e frequência aos serviços de saúde.

No que diz respeito a primeira hipótese, os resultados revelam a existência de correlações significativas fracas entre a Espiritualidade e os problemas de ajustamento. A título descritivo, apenas a EE Total e o Conflito, assim como o Conflito e as Crenças, o Conflito e a Esperança/Otimismo, e o QAP Total e a Esperança/Otimismo apresentaram correlações negativas significativas. Ora, estes resultados evidenciam o efeito da Espiritualidade nos problemas de ajustamento prisional, particularmente na dimensão Conflito, sugerindo que à medida que a Espiritualidade aumenta os problemas como sentir-se irritado, andar à luta, discutir com outros reclusos e com os guardas, e estar lesionado ou aleijado, tendem a reduzir.

De acordo com Tamini et al. (2016) um estilo de vida espiritual incentiva a adoção de atividades benéficas, intencionais e positivas, reduzindo a probabilidade de um envolvimento em comportamentos de risco. Simultaneamente, a Espiritualidade contribui para o aumento de crenças positivas acerca de si próprio e dos outros, facilitando o desenvolvimento de interações mais saudáveis, o que melhora os relacionamentos interpessoais (Tamini et al., 2016).

Santos et al. (2023) acresce ainda que os processos espirituais, desenvolvidos em contexto prisional, despertam para a empatia, a bondade e a passividade, o que reduz significativamente o índice de violência. Mandhouji e colaboradores (2014) reforçam que este resultado é visível, sobretudo, ao nível das infrações, conforme concluíram no seu estudo. Assim, a Espiritualidade poderá assumir um papel relevante na promoção de comportamentos mais ajustados e na redução das manifestações de agressividade e de violência, contribuindo, consequentemente, para um ambiente prisional mais estável e menos conflituoso.

Estas afirmações são congruentes com um conjunto de estudos realizados, onde foi aferido que a Espiritualidade teve um efeito sobre o comportamento dos reclusos.

A exemplo, o estudo de Nakhaei et al. (2023), desenvolvido com o objetivo de analisar a eficácia da terapia espiritual e do treino da autocompaixão nos comportamentos antissociais dos reclusos da cidade de Birjand, reportou que a terapia contribuiu para a redução da propensão dos comportamentos antissociais dos condenados e da sua prevalência, promovendo, simultaneamente, a diminuição das emoções negativas, como a raiva (Nakhaei et al., 2023). Deuchar et al. (2016), verificaram que a Espiritualidade estimulou a transformação da identidade e a modificação dos comportamentos ligados à masculinidade, fomentando a desistência dos comportamentos criminais. Assim, as crenças espirituais têm sido conceptualizadas pela literatura como potenciais fatores de proteção.

Na investigação desenvolvida por Jang e colaboradores (2022), a aplicação do programa baseado na fé e na integração espiritual, promoveu a redução do risco de agressão interpessoal na prisão e dos estados emocionais negativos, como a raiva e a depressão, fomentando, concomitantemente, a desistência de comportamentos criminosos após a libertação (Jang et al., 2022).

Contudo, ainda que do ponto de vista estatístico as associações entre a Espiritualidade e os problemas de ajustamento ao nível do Conflito se verifiquem significativas, a magnitude das relações é fraca, e, por conseguinte, pouco consistente. Assim, a primeira Hipótese não pôde ser confirmada.

Adicionalmente, no estudo dos preditores dos problemas de adaptação, utilizando a Regressão Linear Múltipla, a Espiritualidade não foi considerada um preditor robusto, capaz de explicar e prever os problemas de ajustamento. Este resultado vai ao encontro do observado por Roma et al. (2007), aquando da implementação do programa de fé, concluiu que a Espiritualidade, enquanto construto global, bem como as experiências espirituais não foram capazes de prever os resultados da intervenção.

Ora, estes dois aspetos sugerem que a Espiritualidade poderá atuar apenas como um fator moderador, não se constituindo como um preditor central da adaptação prisional, logo, a segunda hipótese também não foi confirmada.

Não foram identificados estudos empíricos que tenham analisado a Espiritualidade e a adaptação prisional, que reportem resultados semelhantes. Contudo, O'Connor e Duncan (2011) defendem que em contexto prisional, o papel da Espiritualidade consiste em atenuar os efeitos da desumanização, assim como facilitar a desistência dos comportamentos desviantes. Por outro lado, o envolvimento em práticas espirituais pode ser igualmente interpretado como uma estratégia de gestão do tempo livre ou como uma via de acesso a benefícios a par dos prazeres espirituais, mediante a aderência em práticas religiosas, conforme afirmam Skowroński e Domžalska (2017).

Neste sentido, a presente investigação é do parecer que a Espiritualidade influencia a conduta do recluso, favorecendo o desenvolvimento de crenças, valores e comportamentos pró-sociais, que podem atenuar as dificuldades associadas ao ajustamento prisional. Estes fatores estão relacionados à adaptação prisional, embora a variável Espiritualidade, por si só,

não seja suficientemente robusta para explicar ou prever a adaptação à prisão. Este resultado sugere que a Espiritualidade pode atuar como uma variável moderadora na predição da adaptação prisional.

Não obstante, na presente investigação, a percepção de saúde mental e as habilitações literárias constituíram os únicos preditores significativos identificados, explicando aproximadamente 21% da variância dos problemas de adaptação prisional.

Segundo os resultados, a percepção da saúde mental revelou ser o preditor mais significativo do modelo, indicando que níveis mais baixos da autopercepção de saúde mental estão associados a problemas de ajustamento. Estes resultados são consistentes com a literatura existente, nomeadamente o estudo de Gonçalves et al. (2021), no qual os reclusos que reportaram níveis mais elevados de problemas de ajustamento global e de angústia, apresentaram, igualmente, sintomas de perturbação mentais nos meses subsequentes à sua detenção. De igual modo, o estudo de Warren et al. (2004), identificou que o fator angústia estava associado a pontuações mais elevadas no instrumento *Brief Symptom Inventory* (BSI), reforçando a associação entre o sofrimento psicológico e os indicadores de baixos ajustamento psicológico.

A seguir a saúde mental, o preditor mais forte remeteu para as habilitações académicas, sugerindo que à medida que o nível de habilitações académicas aumenta, também se verifica o aumento dos problemas de ajustamento. Os resultados obtidos no presente estudo divergem dos achados reportados por (Farrington, 2015), Dirkzwagen, et al. (2014), Gameda (2014), Gonçalves et al. (2019) e por Warren et al. (2004), nos quais níveis mais baixos de escolaridade surgiram associados a diferentes tipos de problemas de ajustamento em contexto prisional, sendo o baixo nível académico consistentemente identificado como um fator de risco para a exibição de comportamentos e atitudes antissociais de natureza criminosa, segundo os autores. (Gonçalves et al., 2019) verificaram

que menores níveis de instrução se relacionavam com níveis mais elevados de angústia psicológica, dificuldades interpessoais e problemas gerais de ajustamento.

Contrariamente à evidência anteriormente descrita, os resultados da presente investigação sugerem que níveis mais elevados de habilitações académicas se associam a um maior autorelatado de problemas de ajustamento. Estes achados são congruentes com o estudo de Kruttschnitt e Vuolo (2008), no qual se verificou que as dificuldades de adaptação tendiam a aumentar à medida que o nível de instrução dos reclusos aumentava. Neste sentido, é possível considerar que os reclusos com índices mais elevados de escolaridade poderão apresentar uma maior consciência crítica relativamente ao contexto prisional, bem como uma maior capacidade de identificar, interpretar e reportar dificuldades associadas ao processo de adaptação prisional.

Outro fator sociodemográfico que evidenciou uma correlação negativa fraca com os problemas de adaptação ao nível dos conflitos foi a idade, observando-se que consoante o aumento da idade, menor a frequência de comportamentos conflituosos em contexto prisional. Este achado vai ao encontro dos resultados do estudo de Nakato (2017), onde se verificou que as mulheres mais velhas apresentaram uma melhor adaptação ao contexto prisional, quando comparadas com as reclusas mais jovens (Butler & Kariminia, 2006; Gonçalves, 2008; Parveen, 2017). Segundo a literatura, idades mais jovens têm sido consistentemente associadas à incidência de má conduta na prisão. Esta relação poderá estar associada a níveis mais reduzidos de autocontrolo, menor utilização de estratégias de coping adaptativas e alguma fragilidade nos laços com a sociedade convencional (Gover et al., 2008; Steiner & Wooldredge, 2009).

Para além disto, na presente investigação, a idade não apresentou valores estatisticamente relevantes que permitissem considerá-la um preditor significativo da adaptação prisional, contrariamente ao observado por Acevedo e Bakken (2003), que

identificaram a idade como uma das variáveis sociodemográficas com maior capacidade preditiva da adaptação à prisão.

De igual modo, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas na adaptação prisional em função da idade. Estes resultados são, contudo, consistentes com o estudo de Segurado e Magano (2014), no qual a idade também não se revelou uma variável determinante na adaptação das mulheres ciganas ao contexto prisional, não se verificando diferenças relevantes entre as faixas etárias.

Por outro lado, observaram-se diferenças estatisticamente significativas nos problemas de adaptação prisional em função da reincidência prisional, sugerindo que os reclusos reincidentes tendem a apresentar sintomas mais acentuados de inadaptação, sobretudo ao nível do Conflito, assim como diferenças estatisticamente significativas nos problemas de adaptação em função da frequência de utilização dos serviços de saúde, sugerindo que os reclusos que recorrem com maior frequência aos serviços de saúde, tendem a apresentar mais problemas de adaptação, particularmente ao nível do *Distress*.

Relativamente à reincidência, a literatura sugere que o contacto prévio com o sistema de justiça criminal representa um fator relevante na adaptação ao meio prisional (Acevedo & Bakken, 2003; Pinheiro et al., 2021). Em geral, o número de infrações disciplinares tende a aumentar com o número de contactos prévios com o sistema, podendo este fenómeno estar associado a traços de personalidade antissociais, por parte dos reclusos (Bosma et al., 2020; Camp et al., 2003; Wooldredge et al., 2001). Adicionalmente, a má conduta em contexto prisional tende a ser mais frequente em indivíduos com um historial de múltiplas detenções (Bosma et al., 2020; Camp et al., 2003; Wooldredge et al., 2001), tendo Faily e Roundtree (1979, citado por Acevedo & Bakken, 2003) demonstrado que quanto maior o número de detenções anteriores, maior a incidência de infrações disciplinares.

Gonçalves e Gonçalves (2012) sugerem ainda que indivíduos com um estilo de vida criminal mais consolidado tendem a evidenciar uma adaptação mais negativa à prisão. A associação reiterada a contextos e a grupos delinquentes pode favorecer a internalização de atitudes e de identidades criminais, aumentando a probabilidade de envolvimento em comportamentos disruptivos (Gonçalves & Gonçalves, 2012). O estilo de vida criminal constitui um construto que integra um conjunto de atitudes e de comportamentos que se mantêm ao longo do percurso de vida do indivíduo (Acevedo & Bakken, 2003; Pinheiro et al., 2021).

No que respeita à frequência de utilização dos serviços clínicos de saúde, o estudo de Gonçalves et al. (2019), verificou uma associação entre os problemas de ajustamento e a utilização dos serviços de saúde mental ou física, sugerindo a sua relevância no contexto prisional. Em termos de ajustamento psicológico, verificou-se que a população reclusa apresenta níveis exacerbados de sintomatologia clínica de maior gravidade, comparativamente à população geral. Estes resultados corroboram com a evidência registada, que indica uma maior prevalência de perturbações psicopatológicas na população reclusa (Fazel & Seewald, 2012; Yang et al., 2009).

Estas alterações poderão ser interpretadas como respostas adaptativas ao processo de encarceramento (Novo et al., 2017), como a hipervigilância, a desconfiança interpessoal, o retraimento social, a diminuição da autoestima, entre outras (Pastwa-Wojciechowska et al., 2012; Novo et al.). Face aos resultados apresentados, a terceira hipótese foi parcialmente confirmada.

Face às principais conclusões extraídas, a presente investigação apresenta contributos relevantes para a literatura científica. Primeiramente, a investigação acerca da adaptação prisional permite uma compreensão mais aprofundada acerca dos processos de ajustamento em âmbito prisional, evidenciando o seu impacto nas diferentes dimensões da vida do

recluso. Em segundo lugar, a investigação possibilitou uma compreensão mais aprofundada acerca da Espiritualidade, contribuindo para colmatar algumas nuances referentes à sobreposição conceptual entre as medidas Espiritualidade e Religião.

Adicionalmente, esta investigação fornece evidências empíricas sobre a relação entre a Espiritualidade e a adaptação à prisão, sugerindo que a Espiritualidade não atua de forma global na adaptação prisional, mas sim nos problemas específicos associados ao desajustamento, através de dimensões específicas, como a esperança e o otimismo. De semelhante modo, a investigação contribuiu para uma melhor compreensão acerca do peso dos fatores sociodemográficos na explicação da adaptação prisional. Desta forma, os principais resultados poderão contribuir para o desenvolvimento de intervenções prisionais mais humanas e ajustadas, que apliquem a Espiritualidade como forma de impulsionar uma adaptação saudável ao contexto prisional.

Importa salientar, que embora o presente estudo apresente contributos, consideram-se algumas limitações. Primeiramente, a existência limitada de investigações sobre o efeito da Espiritualidade em contexto prisional, dificultou a comparação e a integração dos resultados obtidos. Em segundo lugar, considera-se que o número de participantes da amostra é reduzido, pelo que limita a generalização dos dados para outras populações reclusas e contextos penitenciários. Simultaneamente, a presente investigação utilizou medidas de autorrelato, o que poderá introduzir enviesamentos associados à subjetividade das respostas dadas e à desejabilidade social, o que é relevante, atendendo às características da população reclusa. Por último, destaca-se que a investigação remete para um estudo transversal, uma vez que a recolha foi realizada em um único momento. Assim, embora tenha sido possível realizar associações, este tipo de desenho metodológico não permite aprofundar, de forma sistemática, as relações causais entre as variáveis em análise.

Assim, investigações futuras poderão recorrer a uma metodologia longitudinal, que inclua medidas de análise qualitativas e quantitativas, assim como o uso de ficheiros oficiais, que confirmem determinados construtos medidos nos instrumentos (e.g. número de infrações cometidas, castigos aplicados, idas aos serviços de saúde, entre outros). Seria igualmente pertinente explorar o papel mediador de variáveis distintas, como a resiliência ou até mesmo a saúde mental, na relação entre a Espiritualidade e a adaptação prisional. Destaca-se ainda a necessidade de investigações futuras que diversifiquem a população alvo, em termos de género, podendo incluir e comparar as diferenças ao nível do género, por forma a aprofundar-se o conhecimento sobre a eficácia das abordagens e a sua aplicabilidade no diferentes contextos prisionais.

No que diz respeito às implicações dos resultados obtidos para a prática clínica, de acordo com Gonçalves (2008), a intervenção psicológica no âmbito prisional deve centrar-se na promoção de uma adaptação funcional, que permita ao indivíduo lidar com o ambiente intramuros, preservando, tanto quanto possível, a sua identidade, promovendo, simultaneamente, o desenvolvimento de competências pró-sociais, facilitadoras da reinserção social. Assim, os resultados obtidos reforçam a pertinência do desenvolvimento de abordagens terapêuticas e intervenções psicológicas que incluam a Espiritualidade, orientadas à redução de comportamento antissociais, e conseqüentemente, a melhoria do ajustamento dos reclusos (Jang et al., 2022).

Referências

- Adlington-Rivers, D. (2025). Unravelling the Complexities of Hope: the experience and potential of hope for people in prison and people with criminal justice experience. *Theoretical Criminology*, 27(1), 66-84.
- Acevedo, K. C., & Bakken, T. (2003). Women Adjusting to Prison: Disciplinary Behavior and the Characteristics of Adjustment. *Journal of Health and Social Policy*, 17(4), pp. 37–60). https://doi.org/10.1300/J045v17n04_03
- Allen, R. S., Phillips, L. L., Roff, L. L., Cavanaugh, R., & Day, L. (2008). Religiousness/spirituality and mental health among older male inmates. *The Gerontologist*, 48(5), 692-697. <https://doi.org/10.1093/geront/48.5.692>
- Amado, B. G., Novo, M., Pereira, A., & Vázquez, M. J. (2017). Adaptación a la prisión y ajuste psicológico en una muestra de internos en centros penitenciarios. *Acción Psicológica*, 14(2), 113-128. <https://10.5944/ap.14.2.20784113>
- Amir, F., Wahyudi, R., & Sulaihah, S. (2022). Model of Spiritual Culture of Madurese People in Resilience and Adaptation of New Normal. *Jurnal Keperawatan Padjadjaran*, 10(1), 27-36. <https://doi.org/10.24198/jkp>
- Animasahun, R. A. (2010). Intelligent quotient, emotional intelligence and spiritual intelligence as correlates of prison adjustment among inmates in Nigeria prisons. *Journal of Social sciences*, 22(2), 121-128. <https://doi.org/10.1080/09718923.2010.11892792>
- Ansah, E. W., Addae, J., Hagan, J. E., & Baidoo, M. A. (2023). Assessing Stress Levels, Predictors and Management Strategies of Inmates at Ankafu Prison Complex in the Central Region, Ghana. *Behavioral Sciences*, 13(3), 1-11. <https://doi.org/10.3390/bs13030201>

- Barria, K. A. F. M., Adam, J. C., & Puntel, C. (2022). Espiritualidade e Neurociência: possibilidades práticas nos dias de hoje. *Tear Online*, 11(2), 67-88.
- Belenko, S., Brennan, P. K., & Houser, K. A. (2012). The effects of mental health and substance abuse disorders on institutional misconduct among female inmates. *Justice Quarterly*, 29(6), 799-828. <https://doi.org/10.1080/07418825.2011.641026>
- Benko, M. A., & Silva, M. J. P. D. (1996). Pensando a espiritualidade no ensino de graduação. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 4(1), 71-85. <https://doi.org/10.1590/S0104-11691996000100007>
- Bilderbeck, A. C., Farias, M., Brazil, I. A., Jakobowitz, S., & Wikholm, C. (2013). Participation in a 10-week course of yoga improves behavioural control and decreases psychological distress in prison population. *Journal of Psychiatric Research*, 47(10), 1438-1445. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2013.06.014>
- Bishop, A. J., Randall, G. K., & Merten, M. J. (2014). Consideration of forgiveness to enhance the health status of older male prisoners confronting spiritual, social, or emotional vulnerability. *Journal of Applied Gerontology*, 33(8), 998–1017. <https://doi.org/10.1177/0733464812456632>
- Blevins, K. R., Johnson Listwan, S., Cullen, F. T., & Lero Jonson, C. (2010). A general strain theory of prison violence and misconduct: An integrated model of inmate behavior. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 26(2), 148-166. <https://doi.org/10.1177/1043986209359369>
- Bruce, A., Shields, L., & Molzahn, A. (2011). Language and the (Im)possibilities of Articulating Spirituality. *Journal of Holistic Nursing*, 21(1), 44-52. <https://doi.org/10.1177/0898010110381116>
- Butler, T., & Kariminia, A. (2006). Prison violence: Perspectives and epidemiology. *New South Wales public health bulletin*, 17(2), 17-20. <https://doi.org/10.1071/NB06005>

- Pimenta, F. D. C. R., & Cândido, V. C. (2024). A Espiritualidade nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: Que espiritualidade?. *PoliÉtica. Revista de Ética e Filosofia Política*, 12(2), 289-304. <https://doi.org/10.23925/politica.v12i2.68295>
- Carvalho, J., & Esteves, M. L. (2009). Ver a família aos quadradrinhos: redundancias familiares de indivíduos em situação de reclusão. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 683-692.
- Carvalho, M. J. L., Gomes, S., Duarte, V., & Oliveira, R. (2022). População no sistema prisional português: evolução e tendências entre 2000 e 2017. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (127), 115–142. <https://doi.org/10.4000/rccs.12883>
- Catré, M. N. C., Ferreira, J. A., Pessoa, T., Catré, A., & Catré, M. C. (2016). Espiritualidade: Contributos para uma clarificação do conceito. *Análise psicológica*, 34(1), 31-46. <https://doi.org/10.14417/ap.877>
- Cerejo, B. P. (2019). A evolução histórica da prisão como método de sanção penal e o mito da finalidade ressocializadora da pena. *III Congresso Nacional Ciências Criminais E Direitos Humanos*, 1(1).
- Clear, T. R., Sumter, M. T. (2002). Prisoners, prison, and religion: Religion and adjustment to prison. *Journal of Offender Rehabilitation*, 35(3-4), 127–159. https://doi.org/10.1300/J076v35n03_07
- Chui, W. H., Cheng, K. K. Y., & Wong, L. P. (2013). Spirituality and punitiveness: An exploration of Christian, Buddhist, and non-religious attitudes towards crime. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 41(1), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.ijlcj.2012.11.001>
- Chequini, M. C. M. (2007). A relevância da espiritualidade no processo de resiliência. *Psicologia Revista*, 16(1/2), 93-117. <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/18059>

- Cobb, M., Dowrick, C., & Lloyd-Williams, M. (2012). Understanding spirituality: a synoptic view. *BMJ Supportive & Palliative Care*, 2, 339-343. <https://doi.org/10.1136/bmjspcare-2012-000225>
- Coloma, V. M., Pérez, J. I., & Salaberria, K. (2018). Diferencias generales y entre sexos en salud mental: un estudio comparativo entre población penitenciaria y población general. *Revista Mexicana de Psicología*, 35(2), 117-130
- Convocar, J. L., Billones, V. D., & Supiter, N. L. (2020). Perceived Stress, Geopathic Stress and Spirituality of Male Prison Inmates. *Journal of Mental Health and Clinical Psychology*, 4(2), 18-33. <https://doi.org/10.29245/2578-2959/2020/2.1200>
- Deuchar, R., Mørck, L. L., Matemba, Y. H., McLean, R., & Riaz, N. (2016). Its as if you're not in the jail, as if you're not a prisoner: Young male offender's experiences of incarceration, prison chaplaincy, religion and spirituality in scotland and Denmark. *Howard Journal of Crime and Justice*, 55(1-2), 131-150. <https://doi.org/10.1111/hojo.12160>
- Dhami, M. K., Ayton, P., & Loewenstein, G. (2007). Adaptation to imprisonment: Indigenous or imported?. *Criminal justice and behavior*, 34(8), 1085-1100. <https://doi.org/10.1177/0093854807302002>
- Diário da República. (n.d.-a). *Ordem pública (direito de policia)*. Retrived March 08, 2025, from <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/ordem-publica-direito-policia>
- Diário da República. (n.d.-b). *Crime*. Retrived March 08, 2025, from <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/crime>
- Diário da República. (n.d.-c). *Crime*. Retrived March 08, 2025, from <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675>
- Diário da República. (n.d.-d). *Pena*. Retrived March 08, 2025, from diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/pena

- Dias, E. N., & Pais-Ribeiro, J. L. (2017). Propriedades Psicométricas da Escala de Espiritualidade de Pinto e Pais-Ribeiro: Estudo com pessoas idosas residentes na comunidade. *Revista Kairós-Gerontologia*, 20(4), 91-110. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2017v20i4p91-110>
- Dik, B. J., Daniels, D., & Alayan, A. J. (2024). Religion, spirituality, and the workplace: A review and critique. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior*, 11(1), 279-305. <https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-110721-041458>
- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (n.d.-a). Sistema punitivo atual. Retrived March 27, 2025, from https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-na-comunidade/Sistema-punitivo-atual?pk_vid=bfa4e88be875045b17430681858313c9
- Dirkzwager, A. J., Gonçalves, L. C., Gonçalves, R. A., & Martins, C. (2014). Predicting infractions and health care utilization in prison. *Criminal Justice and Behavior*, 41, 8, 921-942. <https://doi.org/10.1177/0093854814524402>
- Duncan, J., Stansfield, R., Hall, S., & O'Connor, T. (2018). Women's engagement with humanist, spiritual and religious meaning-making in prison: A longitudinal study of its impact on recidivism. *Religions*, 9(6), 2-16. <https://doi.org/10.3390/rel9060171>
- Eurostat. (2024, April 05). Prison Stactistics. Retrieved March 07, 2025, from <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/SEPDF/cache/81252.pdf>
- Farrington, D. P. (2015). Prospective longitudinal research on the development of offending. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 48(3), 314-335. <https://doi.org/10.1177/0004865815590461>
- Fazel, S. y Seewald, K. (2012). Severe Mental Illness in 33588 Prisoners Worldwide: Systematic Review and Meta-Regression Analysis. *The British Journal of Psychiatry*, 20, 364-373. <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.111.096370>

- Fernander, A., Wilson, J. F., Staton, M., & Leukefeld, C. (2004). An exploratory examination of the Spiritual Well-Being Scale among incarcerated Black and White male drug users. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 48(4), 403–413. <https://doi.org/10.1177/0306624X04263450>
- Fisher, J. (2011). The four domains model: Connecting spirituality, health and well-being. *Religions*, 2(1), 17-28. <https://doi.org/10.3390/rel2010017>
- Gemeda, T. T. (2014). Prevalence and predictors of psychopathological symptoms among inmates in Dilla correction center, SNNPR, Ethiopia. *International Journal of Criminal Justice Sciences*, 9(1), 110-121.
- Gomes, S., & Silva, M. C. (2014). Condições e trajetórias de vida de reclusos e reclusas de etnia cigana em Portugal. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 77-95.
- Gonçalves, L. C., Endrass, J., Rossegger, A., Grace, R. C., & Dirkzwager, A. J. E. (2021). Assessing prison adjustment among young adult offenders: Changes, correlates, and outcomes. *European Journal of Criminology*, 18(3), 366–385. <https://doi.org/10.1177/1477370819850944>
- Gonçalves, L. C., & Gonçalves, R. A. (2012). Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. *Psicologia USP*, 23(3), 559-584. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012005000013>
- Gonçalves, R. A. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão* (3ª ed.). Quarteto.
- Gover, A. R., Jennings, W. G., & Pérez, D. M. (2008). Gender differences in factors contributing to institutional misconduct. *The Prison Journal*, 88(3), 378-403. <https://doi.org/10.1177/0032885508322453>

- Gregory, T. R. (2009). Understanding natural selection: essential concepts and common misconceptions. *Evolution: Education and Outreach*, 2, 156-175.
<https://doi.org/10.1007/s12052-009-0128-1>
- Griera, M., & Clot-Garrell, A. (2015). Doing Yoga Behind Bars: A Sociological Study of the Growth of Holistic Spirituality in Penitentiary Institutions. In I. Becci, & O. Roy, *Religious Diversity in European Prisons* (pp. 141-157). Heidelberg: Springer International Publishing Switzerland.
- Juliana Marques Resende Maria Stella Brandão Goulart (2017). Função da pena e invisibilidade. In *Sistema prisional: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG. capítulo de um livro.
- Haney, C. (2012). Prison effects in the era of mass incarceration. *The Prison Journal*,
<https://doi.org/10.1177/0032885512448604>
- Harding, D. J., Morenoff, J. D., Nguyen, A. P., & Bushway, S. D. (2017). Short- and long-term effects of imprisonment on future felony convictions and prison admissions. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 114(42), 11103–11108. <https://doi.org/10.1073/pnas.1701544114>
- Henriques, M. R., & Matos, F. (2020). Trabalho prisional como ferramenta para reinserção social: Estudo qualitativo exploratório com mulheres no sistema de justiça português. *New Trends in Qualitative Research*, 4, 230-246.
<https://doi.org/10.36367/ntqr.4.2020.230-246>
- Himelstein, S. (2011). Meditation Research: The State of the Art in Correctional Settings. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55 (4), 446-461.

- Hodge, D. R. (2012). The conceptual and empirical relationship between spirituality and social justice: Exemplars from diverse faith traditions. *Journal of Religion and Spirituality in Social Work*, 31(1–2), 32–50. <https://doi.org/10.1080/15426432.2012.647878>
- Ireland, J. L., Brown, S. L., & Ballarini, S. (2006). Maladaptive personality traits, coping styles and psychological distress: A study of adult male prisoners. *Personality and Individual Differences*, 41(3), 561–573. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2006.03.002>
- Jang, S. J., Johnson, B. R., Bradshaw, M., & Na, C. (2022). Assessing a Faith-Based Program for Trauma Healing Among Jail Inmates: A Quasi-Experimental Study. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*. <https://doi.org/10.1177/0306624X221110804>
- Kerley K. R., Matthews T. L., Blanchard T. C. (2005). Religiosity, religious participation, and negative prison behaviors. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 44(4), 443–457. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5906.2005.00296.x>
- Krusttschnitt, C., & Vuolo, M. (2008). Prisoners' adjustment, correctional officers, and context: the foreground and background of punishment in late modernity. *Law & Society Review*, 42 (2), 307–336.
- Kim, S., Choi, M., Woo, Y., & Jang, S. J. (2023). Religion and Misconduct Among Prison Inmates in South Korea. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 67(9), 952–975. <https://doi.org/10.1177/0306624X211058954>
- Kord Tamini, B., Lashani, I., & Akbarifar, S. (2016). Group Training of Spiritual Positivism on Reduction of the Symptoms of Depression, Anxiety, and Stress in Prisoners. *Health Scope*, 6(1), 37200. <https://doi.org/10.17795/jhealthscope-37200>
- Lanciano, T., Leonardis, L., & Curci, A. (2022). The Psychological Effects of Imprisonment: The Role of Cognitive, Psychopathic and Affective Traits. *Europe's journal of psychology*, 18(3), 262–278. <https://doi.org/10.5964/ejop.3995>

- Levitt, L., & Loper, A. B. (2009). The influence of religious participation on the adjustment of female inmates. *American Journal of Orthopsychiatry*, 79(1), 1-7. <https://doi.org/10.1037/a0015429>
- Livramento, A. M., & Rosa, E. M. (2016). Homens no cárcere: Estratégias de vida na prisão. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 412-426.
- Mandhouj, O., Aubin, H. J., Amirouche, A., Perroud, N. A., & Huguelet, P. (2014). Spirituality and religion among French prisoners: An effective coping resource?. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 58(7), 821-834. <https://doi.org/10.1177/0306624X13491715>
- Manning, L. K., & Miles, A. (2018). Examining the Effects of Religious Attendance on Resilience for Older Adults. *Journal of Religion and Health*, 57(1), 191–208. <https://doi.org/10.1007/s10943-017-0438-5>
- Maruna, S., Wilson, L., & Curran, K. (2006). Why God is often found behind bars: Prison conversions and the crisis of self-narrative. *Research in Human Development*, 3(2-3), 161-184. <http://dx.doi.org/10.1080/15427609.2006.9683367>
- Margaça, C., & Rodrigues, D. (2016). Pode a Espiritualidade Tornar Adultos e Idosos Mais Resilientes ? *Observatório Da Religião*, 3(2), 148–171.
- Mears, D. P., & Cochran, J. C. (2015). *Prisoner Reentry in the Era of Mass Incarceration*. SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781483390727>
- Ministério Público. (n.d.). *O que é um crime?*. Portal do ministério público. Retrived March 08, 2025, from <https://www.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/crime?mid=3513>
- Moore, K., Stuewig, J., & Tangney, J. (2013). Jail Inmates Perceived and Anticipated Stigma: Implications for Post-Release Functioning. *Self Identity*, 12(5), 527-547. <https://doi.org/10.1080/15298868.2012.702425>

- Moraes, M. (2003). A Psicologia como reflexão sobre as práticas humanas: da adaptação à errância. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 535-539. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000300021>
- Mulcahy, E., Merrington, S., & Bell, P. (2013). The radicalisation of prison inmates: Exploring recruitment, religion and prisoner vulnerability. *Journal of Human Security*, 9(1), 4–14. <https://doi.org/10.12924/johs2013.09010004>
- Nakhaei, H. R., Ghanifar, M. H., & Shabizadeh, F. (2023). Comparing the effectiveness of spiritual therapy and self-compassion training on antisocial behavior of prisoners (Study case: Birjand prison). *Journal of Socio-Cultural Studies of Khorasan*, 17(2), 143-176. <https://orcid.org/0000-0001-5309-9516>
- Nakato, C. (2017). *Female inmate adjustment in prison* (Master's thesis, California State University, Fresno).
- Ndung'u, M. P. (2021). The Role of Religious Strategies in Coping with Stress, and Enhancement of the Psychological Well Being of Life Sentenced Inmates in Maximum Prisons in Kenya. *Journal of African Interdisciplinary Studies*, 5(4), 81 - 97. <http://cedred.org/jais/index.php/issues>
- Nedderman, A. B., Underwood, L. A., & Hardy, V. L. (2010). Spirituality group with female prisoners: Impacting hope. *Journal of Correctional Health Care*, 16(2), 117–132. <https://doi.org/10.1177/1078345809356526>
- Nidich, S., O'Connor, T., Rutledge, T., Duncan, J., Compton, B., Seng, A., & Nidich, R. (2016). Reduced trauma symptoms and perceived stress in male prison inmates through the Transcendental Meditation program: A randomized controlled trial. *The Permanente Journal*, 20(4), 43-48. <http://dx.doi.org/10.7812/TPP/16-007>

- Novais, F. A. G., Ferreira, J. A., & dos Santos, E. R. (2010). Transição e ajustamento de reclusos ao estabelecimento prisional. *Psychologica*, 2(52), 209-241. <https://doi.org/10.14195/1647-860652-29>
- Novo, M., Pereira, A., Vázquez, M. J., & Amado, B. G. (2017). Adaptación a la prisión y ajuste psicológico en una muestra de internos en centros penitenciarios. *Acción psicológica*, 14(2), 113-128. <https://dx.doi.org/10.5944/ap.14.2.20784>
- O'Connor, T. P., & Duncan, J. B. (2011). The sociology of humanist, spiritual, and religious practice in prison: Supporting responsivity and desistance from crime. *Religions*, 2(4), 590–610. <https://doi.org/10.3390/rel2040590>
- Oliveira, M. R. D., & Junges, J. R. (2012). Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17, 469-476. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300016>
- Okwuosa, L. N., Onu, D. U., & Onyedibe, M. C. C. (2024). Inmates' Adaptation to Prison: Investigating the Mediating Role of Resilience in the Relationship between Religiosity and Prison Adjustment. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 0(0), 1-15. <https://doi.org/10.1177/0306624X241246097>
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (n.d.). *O que é que Psicologia e os Psicólogos oferecem à Humanidade?* Retrived March 08, 2025, from https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/portuguese_humanityneeds_psychology_2_.pdf
- Parveen, R. (2017). Impact of Imprisonment: Dimensions and Consequences. *International Journal of Humanities and Social Science Invention*, 6(7), 59-64.
- Phelps, M.S. (2011). Rehabilitation in the Punitive Era: The Gap Between Rhetoric and Reality in U.S. Prison Programs. *Law & Society Review*. 45(1), 33-68. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5893.2011.00427.x>

- Pina, M., Gomes, S., & Quintas, J. (2024). Transgressão em contexto prisional: modelos teóricos, empiria e implicações para a gestão prisional. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (106), 79-99. <https://doi.org/10.7458/spp202410633235>
- Pinheiro, M., Gonçalves, R. A., & Cunha, O. (2021). Criminal lifestyle, psychopathy, and prison adjustment among female inmates. *Journal of Criminal Justice*, 76, 101849. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2021.101849>
- Pinto, C., & Pais-Ribeiro, J. L. (2007). Construção de uma escala de avaliação da espiritualidade em contextos de saúde. *Arquivos de Medicina-Porto*, 21(2), 47.
- Porter, L. C., Kozlowski-Serra, M., & Lee, H. (2021). Proliferation or adaptation? Differences across race and sex in the relationship between time served in prison and mental health symptoms. *Social Science & Medicine*, 276, 113815. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.113815>
- Reisinger, D. (2025). What is spirituality? The challenges of a philosophical definition. *Sophia*, 64(1), 117-131. <https://doi.org/10.1007/s11841-024-01034-w>
- Ricou, M. (2011). *A ética e a deontologia no exercício da psicologia* (Doctoral dissertation).
- Roman, C. G.; Wolff, A.; Correa, V.; Buck, J. (2007). Assessing Intermediate Outcomes of a Faith-Based Residential Prisoner Reentry Program. *Research on Social Work Practice*, 17(2), 199–215. <https://doi.org/10.1177/1049731506295860>
- Romero, C., Friedman, L. C., Kalidas, M., Elledge, R., Chang, J., & Liscum, K. R. (2006). Self-forgiveness, spirituality, and psychological adjustment in women with breast cancer. *Journal of behavioral medicine*, 29(1), 29–36. <https://doi.org/10.1007/s10865-005-9038-z>
- Rothman, J. (2009). Spirituality: What we can teach and how we can teach it. *Journal of Religion and Spirituality in Social Work*, 28(1–2), 161–184. <https://doi.org/10.1080/15426430802644198>

- Sá, P., & Paixão, F. (2015). Competências-chave para todos no séc. XXI: orientações emergentes do contexto europeu. *Revista Interacções*, 11(39), 243- 254. <https://doi.org/10.25755/int.8735>.
- Saharullah, A. S., Saidah Syamsuddin, K. A. E., Nursalam, A. B., Arafat, R., Lisal, S. T., Firmansyah, R. T., & Thalib, A. (2024). Virtual reality-based spiritual emotional freedom technique (seft) model on spiritual well-being and bdnf levels in drug inmates in the class 1 state prison in Makassar. *Pakistan Journal of Life and Social Sciences*, 22(2), 2946-2955 <https://doi.org/10.57239/PJLSS-2024-22.2.00216>
- Schuhmann, C., & Damen, A. (2018). Representing the good: Pastoral care in a secular age. *Pastoral psychology*, 67(4), 405-417. <https://doi.org/10.1007/s11089-018-0826-0>
- Segurado, N., & Magano, O. (2014). Um olhar pela criminalidade praticada pela mulher cigana e processo de adaptação. In *VIII Congresso Português de Sociologia. 40 anos de democracia: progressos, contradições e prospetivas*. (pp. 1-18). Associação Portuguesa de Sociologia. https://associacaoportuguesasociologia.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM02_86.pdf
- Sharma, S. (2016). Adjustment: process, achievement, characteristics, measurement and dimensions. *International Journal of Academic Research*, 3(2), 42-45.
- Simoni, J. M., Martoneb, M. G., & Kerwinb, J. F. (2002). Spirituality and psychological adaptation among women with HIV/AIDS: Implications for counseling. *Journal of Counseling Psychology*, 49(2), 139–147. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.49.2.139>
- Skrzypińska, K., & Chudzik, I. (2012, September). Intricacies of the calling: Spirituality of Polish nuns. In *Women's Studies International Forum* 35(5), 314-322. Pergamon. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2012.05.005>

- Sistema de Segurança Interna. (2024, March 08). *RASI: Relatório anual de segurança interna 2023*. <https://ssi.gov.pt/publicacoes/rasi/RASI%202023.pdf>
- Sistema de Segurança Interna. (2025, March 08). *RASI: Relatório anual de segurança interna 2024*. <https://ssi.gov.pt/publicacoes/rasi/RASI%202024.pdf>
- Skowroński, B., & Domzalska, A. (2017). The spirituality of prisoners. *Polish Journal of Social Rehabilitation*, 28(13), 83–104. <https://doi.org/10.22432/pjsr.2017.13.07>
- Steiner, B., & Wooldredge, J. (2008). Inmate versus environmental effects on prison rule violations. *Criminal Justice and Behavior*, 35(4), 438-456. <https://doi.org/10.1177/0093854807312787>
- Steiner, B., & Wooldredge, J. (2014). Comparing self-report to official measures of inmate misconduct. *Justice Quarterly*, 31(6), 1074-1101. <https://doi.org/10.1080/07418825.2012.723031>
- Stewart, C., Lawrence, S., & Burg, M. A. (2019). Exploring the Relationship of personality characteristics and spirituality to empathy: Does spirituality add to our understanding? *Journal of Religion and Spirituality in Social Work*, 38(1), 3–20. <https://doi.org/10.1080/15426432.2018.1548953>
- Sykes, G. (1958). *The society of captives*. Princeton, NJ: Princeton University Press
- Tanyi, R. A. (2002). Towards clarification of the meaning of spirituality. *Journal of advanced nursing*, 39(5), 500-509.
- Tamini, B. K., Lashani, I., & Akbarifar, S. (2016). Group Training of Spiritual Positivism on Reduction of the Symptoms of Depression, Anxiety, and Stress in Prisoners. *Health Scope*, 6(1), 1-5. <https://doi.org/10.17795/jhealthscope-37200>
- Taylor, C. (2007). *A Secular Age*. Harvard University Press.
- Tomar, S. (2013). The psychological effects os incarceration on inmates: can we promote positive emotion in inmates. *Delhi Psychiatry Journal*, 16, 1, 66-72.

- Teismann, T., Willutzki, U., Michalak, J., Siegmann, P., Nyhuis, P., Wolter, M., & Forkmann, T. (2017). Religious beliefs buffer the impact of depression on suicide ideation. *Psychiatry Research*, 257, 276–278.
- Toniol, R. (2017). Atas do espírito: a Organização Mundial da Saúde e suas formas de instituir a espiritualidade. *Anuário Antropológico*, 42(2), 267-299. <https://doi.org/10.4000/aa.2330>
- Volcan, S. M. A., Sousa, P. L. R., Mari, J. J., & Horta, B. L. (2003). Relação entre bem-estar espiritual e transtornos psiquiátricos menores: estudo transversal. *Revista de Saúde Pública*, 37(4), 440-445.
- Warren, J. I., Hurt, S., Loper, A. B., & Chauhan, P. (2004). Exploring prison adjustment among female inmates: Issues of measurement and prediction. *Criminal Justice and Behavior*, 31(5), 624-645. <https://doi.org/10.1177/0093854804267096>
- Woodhead, L. (2010). Real Religion and Fuzzy Spirituality?: Taking Sides in the Sociology of Religion en S. Aupers y D. Houtman (Eds.), *Religions of Modernity: Relocating the Sacred to the Self and the Digital* (pp. 31-48). Brill. <https://doi.org/10.1163/ej.9789004184510.i-273.13>
- Wooldredge, J., Griffin, T., & Pratt, T. (2001). Considering hierarchical models for research on inmate behavior: Predicting misconduct with multilevel data. *Justice Quarterly*, 18(1), 203–231. <http://doi.org/10.1080/07418820100094871>
- Zhao, Y., Messner, S. F., & Liu, J. (2020). The influence of importation and deprivation factors on prison adaptation: Insights from Chinese prisons. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 63, 100425.Q
- Zapf, M. K. (2008). Transforming social work's understanding of person and environment: Spirituality and the “common ground”. *Journal of Religion and Spirituality in Social Work*, 27(1–2), 171–181. <https://doi.org/10.1080/15426430802114200>

Anexos

Lista de Anexos

Anexo A Consentimento Informado

Anexo B Questionário Sóciodemográfico

Anexo C E-mail de autorização para utilização da EE

Anexo D EE

Anexo E E-mail de autorização para utilização da QAP

Anexo F QAP

Anexo A

Consentimento Informado

A presente Investigação surge no âmbito da Dissertação do Mestrado em Psicologia Clínica, realizada pela estudante Lea Semedo sob orientação da Prof. Túlia Cabrita, na Universidade de Lusíada (Centro Universitário de Lisboa).

O estudo tem por objetivo compreender os processos de adaptação dos reclusos a penitenciária. Vimos convidar a participar nesta investigação através da resposta as questões que se apresentam.

Garantimos que a sua participação é totalmente voluntária e anónima. Poderá desistir a qualquer altura que o desejar. Os dados recolhidos apenas serão utilizados para os fins académicos a que se destinam.

Aceito participar neste estudo e compreendo os objetivos do estudo, e que me foi dado(a) a oportunidade de esclarecer todas as dúvidas referentes à investigação.

Sim ☐ Não ☐

Aceito participar no estudo

Sim ☐ Não ☐

Qualquer questão e esclarecimento de dúvidas, poderá ser realizada para lea_semedo@hotmail.com,

_____ (local), ____/____/____ (data)

*Anexo B***Questionário Sociodemográfico****Idade:**

☐	Masculino	☐
Sexo:	Feminino	

Nacionalidade:

Estado Civil (Solteiro, Casado ou em União de Facto):

Habilitações académicas (último ano de ensino concluído):

Nível socioeconómico (assinale com um x a opção que lhe corresponde)

Baixo

Médio

Alto

Tipo de crime cometido:

☐

Não

☐

Já esteve preso antes:

Sim

Se sim, quantas vezes? _____

Cometeu algum tipo de Infração, no decorrer do período de reclusão? Se sim, quantas vezes?

Foi Punido? Se sim, quantas vezes?

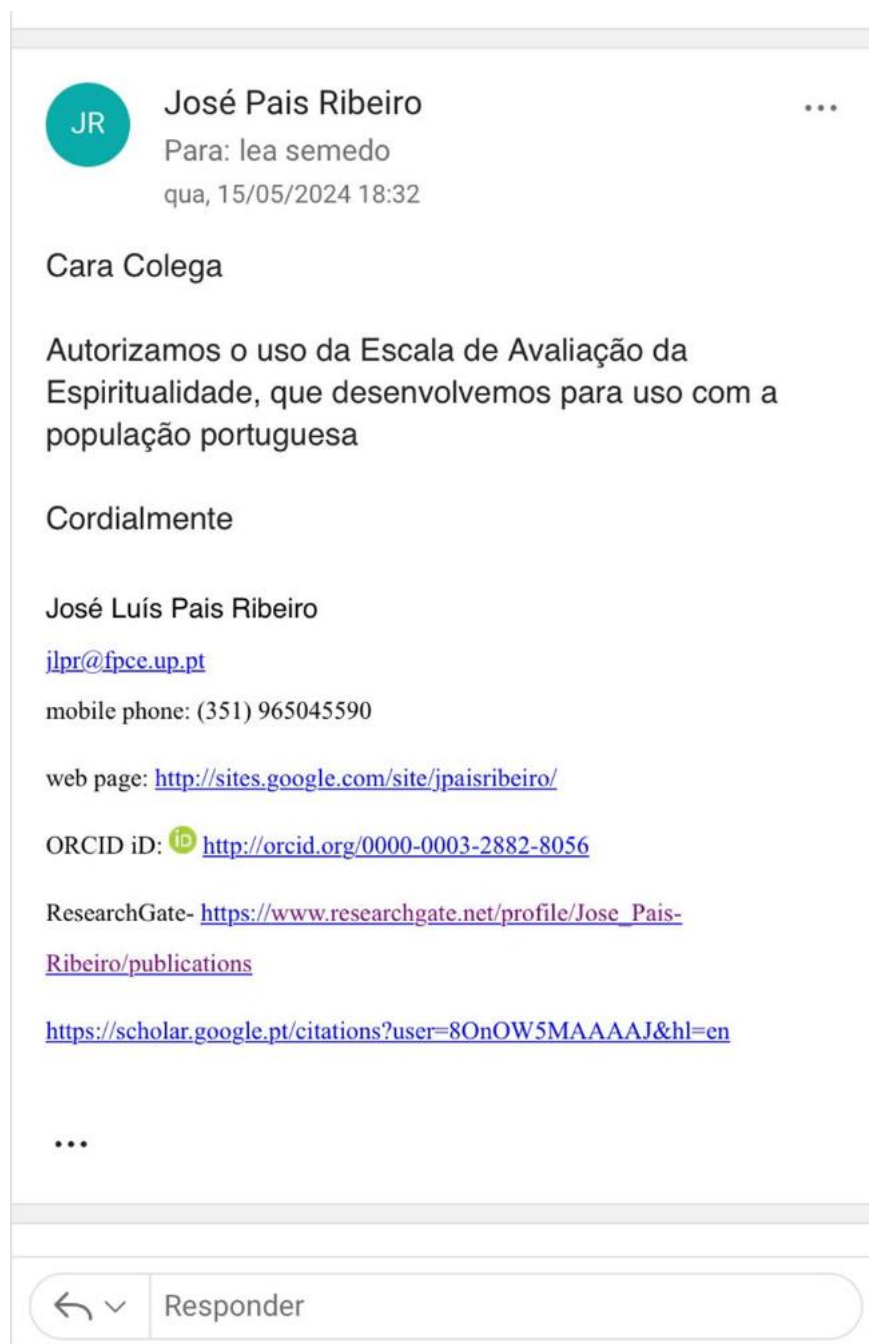
Recorre com frequência aos serviços de saúde (psicologia, psiquiatria ou serviços de saúde físicos)? Se sim, em média quantas vezes?

Como está a sua saúde mental?

Boa

Mais ou menos

Má

*Anexo C***E-mail de autorização para utilização da EE**

Anexo D

Escala da Espiritualidade (EE)

(Pinto C & Pais-Ribeiro, 2007)

As frases / expressões seguintes referem-se à sua espiritualidade / suas crenças pessoais, e ao modo como elas afetam a sua qualidade de vida. Por favor, **marque** com uma **X** aquela opção que melhor expressar a sua opção, na **última semana**. Não existe resposta certa ou errada.

	Não concordo	Concordo um pouco	Concordo bastante	Plenamente de acordo
1 - As minhas crenças espirituais/religiosas dão sentido à minha vida				
2 - A minha fé e crenças dão-me forças nos momentos difíceis				
3 - Vejo o futuro com esperança				
4 - Sinto que a minha vida mudou para melhor				
5 - Aprendi a dar valor às pequenas coisas da vida				

*Anexo E***E-mail de autorização para utilização do QAP**

**Leonel Gonçalves**...

Para: lea semedo; Túlía R. M. Cabrita + 1

qui, 16/05/2024 08:26 [Ver mais](#)

 **Wright, 1986**
PDF - 2 MB

 **Wright, 1993**
PDF - 9 MB

 **Gonalvesetal.2019_As**
PDF - 325 KB

4 anexos (12 MB)

Bom dia Lea,

Obrigada pelo seu contacto e interesse no Prison Adjustment Questionnaire (PAQ).

En anexo envio a versao portuguesa do instrumento, pode ajustar a formatacao da forma que mais lhe convem. Envio tambem um artigo (Wright, 1986) e um relatorio (Wright, 1993) do Kevin Wright sobre o desenvolvimento do PAQ. O relatorio de 1993 é onde as questoes do PAQ sao apresentadas.

Encontrara ainda un estudo meu (Goncalves et al., 2019) onde utilisei o instrumento.

Boa sorte para a sua tese.

Melhores cumprimentos,
Leonel

A versao portuguesa

  Responder a todos

Anexo F

Prison Adjustmentt Questionnaire

(Gonçalves et al., 2019)

As pessoas adaptam-se à prisão de formas diferentes. Por exemplo, algumas pessoas dormem melhor na prisão do que em liberdade. Outras pessoas envolvem-se em mais brigas na prisão. Estamos interessados em saber como você se está a adaptar neste estabelecimento prisional. Pedimos-lhe por isso para comparar como se sente ou age aqui na prisão em comparação com o mundo exterior. Pedimos-lhe também para descrever quantas vezes se sente ou age de determinada forma aqui na prisão.

Por favor, faça uma cruz no quadrado que descreve melhor aquilo que pensa. Não existem respostas certas ou erradas, apenas queremos saber como está a lidar com a prisão. Mesmo que a decisão seja difícil, tente responder a todas as questões.

Aqui está um exemplo:

Considera que come:

- ☐ Pior na prisão
- ☐ Pior no exterior
- ☐ A mesma coisa

Quantas vezes come mal na prisão?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

1. Em comparação com a vida em liberdade, sente-se:

- ☐ Pior com as pessoas na prisão
- ☐ Pior com as pessoas no exterior
- ☐ A mesma coisa

2. Quantas vezes se sente mal com os outros reclusos?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

3. Quantas vezes se sente mal com os guardas?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

4. Diria que se sente:

- ☐ Mais irritado na prisão
- ☐ Mais irritado no exterior
- ☐ A mesma coisa

5. Quantas vezes se sente irritado na prisão?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

6. Está doente:

- ☐ Mais vezes na prisão
- ☐ Mais vezes no exterior
- ☐ A mesma coisa

7. Desde que está na prisão, quantas vezes esteve doente?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

8. Tem:

- ☐ Mais problemas de sono na prisão
- ☐ Mais problemas de sono no exterior
- ☐ A mesma coisa

9. Quantas vezes tem problemas de sono na prisão?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

10. Em comparação com o exterior, tem:

- ☐ Mais medo de ser atacado na prisão
- ☐ Mais medo de ser atacado no exterior
- ☐ A mesma coisa

11. Quantas vezes tem medo de ser atacado na prisão?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

12. Envolve-se em:

- ☐ Mais “lutas” na prisão
- ☐ Mais “lutas” no exterior
- ☐ A mesma coisa

13. Quantas vezes “anda à luta” na prisão?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

14. Envolve-se em:

- ☐ Mais discussões na prisão
- ☐ Mais discussões no exterior
- ☐ A mesma coisa

15. Quantas vezes discute com os outros reclusos?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

16. Quantas vezes discute com os guardas?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

17. Está lesionado ou aleijado:

- ☐ Mais vezes na prisão
- ☐ Mais vezes no exterior
- ☐ A mesma coisa

18. Quantas vezes está lesionado ou aleijado na prisão?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

19. As pessoas aproveitam-se de si:

- ☐ Mais vezes na prisão
- ☐ Mais vezes no exterior
- ☐ A mesma coisa

20. Quantas vezes os outros reclusos se aproveitam de si?

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes

☐ Sempre

MUITO OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO!